

ATA N° 1/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

17 DE FEVEREIRO DE 2025

Aos dezassete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **Presidente da Mesa:** José Manuel Paulo Trincão Marques (PS);
- **1ª Secretária:** Maria da Luz Marques Lopes (PS);
- **2ª Secretária:** Maria do Rosário Marques Luís (PS);
- **Partido Socialista (PS):** Francisco Fernandes Dinis, Soraia Raquel Penedo Vieira, Armando José Gonçalves Mendes Santos Rodrigues, Maria Filomena Lopes Sacramento, Rita Alexandra Duarte Santos Gomes Morte, Beatriz Eugénia Grincho de Carvalho, Carlos António Malheiro Godinho;
- **Coligação “Afirmar Torres Novas” (PPD/PSD - CDS/PP):** André Gonçalo Ferreira Valentim, Nuno Duarte da Cruz Caroço, Susana Isabel da Costa Braz, Luís Miguel Gonçalves Paulo;
- **Movimento P’la Nossa Terra (MPNT):** José Manuel Pereira Santos, Carlos Renato Gonçalves Marçal, Ana Mafalda Gigante Baptista; António Manuel Lucas de Lemos;
- **Bloco de Esquerda (BE):** Diogo Alexandre Fernandes Gomes, Rui Augusto Reis Alves Vieira;
- **CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV):** Manuel Sousa Ligeiro;
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** Leonel Seguro dos Santos (Freguesia de Assentis), Alfredo Manuel da Costa Antunes (Freguesia de Chancelaria), Manuel José Guerra Couteiro (Freguesia de Meia Via), Paulo Alexandre Ganhão Simões (Freguesia de Pedrógão), António Júlio Pereira Jorge (Freguesia de Riachos), Manuel Jorge Carvalho Júnior (União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel), José Serras Rito (Tesoureiro da União de Freguesias de Olaia e Paço), António Pedro Duarte Santos Morte (União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago), Maria do Rosário Nalha

Marcelino (Tesoureira da União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira Branca) e João Carlos Cassis dos Santos (Freguesia de Zibreira -----

Foram apresentadas justificações de falta/ pedidos de substituição para esta sessão, pelos seguintes membros:

- Emanuel Leal Conde (PS); Francisco Valente Sarmento (PSD/CDS); Presidente da União das Freguesias de Olaia e Paço; Presidente da União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro, Lapas e Ribeira Branca). -----

Estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores Luís Silva, João Trindade, Joaquim Cabral, Tiago Ferreira e Carla Correia. -----

**Presidente da Mesa:** “Boa noite a todos. Vamos dar início a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, até agora, temos inscrito apenas uma pessoa, Pedro Triguinho. Pergunto se mais alguém se quer inscrever, não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Pedro Triguinho.” -----

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Pedro Triguinho:** “Boa noite a todos, o que me traz aqui é fazer algumas perguntas do processo Fabrióleo.

Não sei se o Sr. Presidente sabe, penso que sabe, que no terreno da ex-Fabrióleo foram colocados contentores, casas, e que estão lá várias pessoas a viver.

Gostaria de saber se aquilo tem Licença de Habitabilidade, se está tudo legal, o que ali se passa, porque temos recebido algumas queixas de que o terreno ao lado, na lateral atrás dos contentores, ao final do dia está tudo cheio de lama. Parece que ou as casas de banho ou algo, estão a lançar para ali água, não sabemos o quê, que as pessoas até têm medo de lá espreitar, mas vêm que está tudo lamassado ao final do dia, está ali muita gente a viver.

Outra coisa, como está o processo de pedir mais dinheiro do Fundo Ambiental, para a retirada do resto do passivo e se há alguma estratégia delineada em relação ao desmantelamento da ETAR e à provável descontaminação dos solos. Porque são dois processos diferentes, como sabem, um tem a ver com o Urbanismo, uma questão urbanística

que vai ter, de certeza, reação da parte deles, porque não vão querer que seja o município a dismantelar aquilo. Eu sei o porquê e vocês vão saber depois o porquê também.

E em relação à descontaminação dos solos, se já há alguma coisa falada.”

**Presidente da Câmara:** “Em resposta ao Pedro Triguinho, manifestar a mesma preocupação da Câmara, precisamente igual à que o Pedro Triguinho também apresentou. Em relação aos contentores, só recordar, quando a Agência Portuguesa do Ambiente, em colaboração com a Câmara - e a melhor expressão que posso utilizar e já utilizei publicamente, vou utilizá-la novamente - apenas como barriga de aluguer, pediu à Câmara se podia ser a parte operacional, em vez de ser a APA a fazer as obras de descontaminação e de tirar toda a parte perigosa, quer dos silos que lá existiam e que já não existem, e também da ETAR. Nessa altura descobrimos, pela primeira vez, quando tivemos que utilizar aquele espaço, apesar de ter estado acorrentado, os portões, etc., quando foi libertado para iniciar a obra, houve um problema que foi ultrapassado com a colaboração dos proprietários, que não em nome de Fabrióleo, chegamos à conclusão que os terrenos onde está instalada a ETAR não estava em nome da Fabrióleo, mas de uma empresa que, de alguma forma, direta ou indiretamente, estava ligada ou está ainda, não sei, à Fabrióleo.

Através de uma figura do comodato, autorizaram a intervenção com maquinaria e, fruto do concurso público, a empresa que ganhou ir lá descontaminar o espaço interior. Não estamos a falar ainda da descontaminação dos terrenos, estamos a falar só da retirada dos líquidos perigosos. E chegou-se à conclusão que uma fase só não chegaria, com o dinheiro disponibilizado através do Fundo Ambiental, pela Agência Portuguesa do Ambiente, estamos a falar de setecentos e tal mil euros, que deu para metade. As contas não foram, não quero chamar mal calculadas por parte da APA, mas foram mais afinadas, mais aprofundadas depois de reconhecerem os produtos tóxicos que havia dentro do espaço da fábrica. Concluiu-se a primeira fase, com a conclusão a tal empresa que autorizou a entrar no terreno e a fazer-se a operação que estou a acabar de falar, pediu uma reunião na Câmara e manifestou a disponibilidade para, se a APA quiser continuar a apostar na descontaminação de todo o espaço, de não levantar problemas e haver uma segunda fase de obra.

De imediato, pedimos uma reunião com o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, estou à espera que seja marcada, embora já tenham acontecido alguns telefonemas, mas não é ainda formal, como eu queria, para que venha um ofício da APA a responsabilizar-se ou

não, pelo que falta e o que falta tudo indica, em termos financeiros, será mais setecentos e cinquenta mil euros, segundo tudo indica.

Portanto, estamos nessa fase de aguardar que a Agência Portuguesa do Ambiente, como principal entidade a nível nacional, reúna com a Câmara, que diga se tem disponibilidades financeiras ou não, ou através do Fundo Ambiental ou de outro fundo qualquer, para concluir a descontaminação daquele espaço. E ainda não estamos a falar da descontaminação dos solos, como o Pedro referiu, e já tem sido referido várias vezes.

Portanto, longe de estar concluído o processo, realmente, está longe ainda, se me perguntarem quando é que está concluído, não sei ainda responder, por falta de elementos da Agência Portuguesa do Ambiente, da componente financeira de intervenção, porque são muitos milhares de euros que estão envolvidos.

Como satisfação até agora e acho que nos devemos orgulhar disso, desde o primeiro movimento que foi feito, de chamar a atenção pública para o que estava ali a passar, naquele arranque junto ao Ritonicho, para quem se lembra dessa operação popular que foi feita, onde também estivemos presentes. Não foi feito nada? Foi feita muita coisa, a fábrica fechou, encerrou, portanto, parou a poluição.

Agora, durante o período em que não houve essa paragem, ficaram lá restos que já se tirou, tecnicamente contados cerca de 50%, e falta o resto que nos preocupa. Continuamos a fazer pressão, mas sentimo-nos como município, e como outro município qualquer que tivesse este problema nas mãos, um bocado impotentes para continuar sem apoios financeiros. E, sobretudo, sem a Justiça a nível nacional poder pronunciar-se definitivamente sobre aquele processo e a Agência Portuguesa do Ambiente, em nome do Governo, fornecer elementos e nós continuamos disponibilizados tecnicamente, financeiramente, digam-nos onde é que nós podemos ajudar, como já ajudamos nesta primeira fase. Com críticas, sem críticas, foi a Câmara, em nome da APA, com o dinheiro da APA, que fez a primeira fase de descontaminação da fábrica e que acompanhou o encerramento.

Sobre os contentores que lá existem, são contentores que estão em terreno que tem proprietário e, enquanto não houver mais nada do que contentores, podemos ir e devemos procurar saber melhor o que é que há nos contentores, mas se não houver poluição, se houver outra situação mesmo jurídica que não tenha a ver com a Câmara, pouco ou nada podemos fazer senão alertar.

Poderá haver casos sociais e, se houver, quer o Pedro Triguinho, quer o Pedro Ferreira, quer outra pessoa que conheça pessoas que possam estar lá instaladas e mal instaladas, digam, há

um Gabinete de Ação Social que todos os dias recebe pessoas, para procurar resolver o problema. Até agora não temos conhecimento de mais nada.”

**Presidente da Mesa:** “Antes de passar ao Período de Antes da Ordem do Dia, só dizer que a CDU, como todos têm conhecimento, enviou uma Moção ou uma Recomendação que se denomina para a “Implementação de sinais sonoros em semáforos para peões”. Veio em prazo e, portanto, vai ser introduzida na Ordem de Trabalhos como ponto 12. ou ponto 11., passando a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal para o final.

Sendo assim, vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.” -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Rui Alves Vieira:** “Trago várias questões, que passarei a colocar a esta Assembleia.

Em primeiro lugar, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, se já existem pedidos de licenciamento para a instalação de centrais fotovoltaicas no concelho e se essas centrais fotovoltaicas estarão sujeitas ao pagamento de IMI, isto até porque votamos nesta Assembleia uma alteração ao PDM por causa de centrais fotovoltaicas.

Depois em segundo lugar, solicitávamos ao Sr. Presidente, desde já, que nos seja enviado, ao Bloco de Esquerda e também a toda a Assembleia, informação sobre o número de prédios devolutos, em ruínas e degradados comunicados às Finanças nos anos 2021, 2022, 2023 e 2024, para efeitos de agravamento de IMI. Esses números, esses prédios, são comunicados e nós gostaríamos de perceber a evolução deste processo.

E neste ponto, temos que insistir junto do Sr. Presidente da Câmara, que a resposta seja célere e diligente, porque ao longo dos anos temos feito, como é do conhecimento de todos, várias perguntas e pedidos de esclarecimento à Câmara sobre as mais diversas questões e, invariavelmente, as respostas chegam tarde e muitas vezes sem qualquer tipo de contextualização, cai-nos um documento em cima da mesa a cru. E o caso mais paradigmático desta situação, prende-se com uma questão que já anda aqui há tantos anos que, enfim, já é quase uma causa perdida. Tem a ver com a informação sobre loteamentos em Torres Novas, sobretudo agora que temos um PDM, sobre o qual já direi algumas palavras.

A única coisa que conseguimos obter sobre este processo, foram umas tantas folhas de tabelas, sem qualquer tipo de relatório de enquadramento e onde não existe qualquer referência a loteamentos existentes depois de 2012, 2012 para a frente é como se não tivesse existido. É por isso, um documento de pouco ou nenhuma utilidade para a nossa análise política e podemos mesmo dizer, como hoje está em voga, dizer que é quase gozar com quem trabalha, nós tentamos perceber a coisa e de repente espetam-nos umas tabelas com os números, sem mais nada, sem uma única palavra, nem cumprimentos e obrigado.

Depois o PDM, também de vez em quando temos que trazer aqui, porque na última Assembleia Municipal de doze de dezembro, o Sr. Vice-Presidente afirmou que no final do mês de janeiro o PDM está de certeza em discussão pública e, mesmo que a resposta não nos sirva para grande coisa, a verdade é que gostaríamos de saber o que é que se passa em relação a isso, mesmo sabendo que não irá adiantar grande coisa, porque já andamos há 20 anos à espera deste PDM.

Depois outra questão que se revela de grande preocupação, tenho a certeza que a Câmara terá também grande preocupação sobre isso, que se prende com o muro da Rua Trás os Muros, sobre a Quinta da Lezíria, no final da Quinta da Lezíria a barreira desabou devido a uma rotura na canalização das Águas do Ribatejo. Sabemos que a obra estava prevista para ter início em outubro do ano passado, sabemos que a obra está a cargo do Departamento de Intervenção Territorial, há dinheiro, a companhia de seguros vai pagar por aquela obra e o que é que se passa em relação à reconstrução. Porque aquilo compromete a segurança de pessoas e bens e, portanto, é obviamente uma preocupação que tem que ser assegurada com rapidez.

Andamos muito preocupados, se calhar, a pavimentar o Caminho das Cobras e a colocar espreguiçadeiras na putativa piscina de verão e, depois, acabamos por dar primazia ao que é acessório e esquecer o essencial.

Também gostaríamos de dar uma palavra de apreço ao Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, na sequência da reunião que recentemente provocou junto dos eleitos autárquicos dos Municípios do Médio Tejo, para informar e debater questões relacionadas com a gestão da ULS.

Foi uma reunião importante, foi uma reunião franca, foi uma reunião aberta e abriu, pelo menos para mim, caminhos à compreensão das enormes complexidades do sistema e aquilo que nos espera.

Registo já agora com agrado, que me parece e espero não estar errado, que uma das áreas que está em certificação neste momento e que é naturalmente importante, é o Laboratório de Anatomia Patológica do Médio Tejo, que tem um objetivo de crescimento e incremento na sua qualidade.

E depois, um assunto incontornável aqui para esta Assembleia e que se prende com o contrato de mecenato recentemente assinado, entre o município de Torres Novas e a Fábrica da Renova. Em primeiro lugar, importa dizer que o uso do termo mecenato neste contrato, é indevido e abusivo, basta consultar qualquer dicionário de língua portuguesa sobre o significado do termo mecenato para, imediatamente, percebermos a enorme falácia deste processo. Um mecenato, mais palavra, menos palavra, é a proteção dispensada por mecenas às artes, literaturas e ciências, é um apoio financeiro sem vínculos diretos com objetivos publicitários, prestado por pessoa física ou jurídica, a realizações artísticas e culturais.

Ora, pelo menos na minha conceção de artes de literatura e de ciências, não constam lenços coloridos, nem guardanapos às flores e, muito menos, papel higiénico preto, a troco da utilização do logótipo do Município, conforme está previsto neste contrato.

Finalmente, e mais importante de tudo, o executivo municipal ignorou completamente o facto de existir um conflito ativo entre uma parte da comunidade torrejana e a Fábrica da Renova. Considero, por isso que, do ponto de vista político, este contrato é a cereja no topo do bolo de uma relação de subserviência que os responsáveis do município estabeleceram com a Fábrica da Renova.

Este contrato é a prova provada de que todas as manifestações de assertividade política diligentemente proferidas nesta Assembleia Municipal, pelo Executivo Socialista, nas múltiplas vezes que o assunto Renova já aqui foi debatido, nomeadamente, sobre o comportamento abusivo da Renova em relação ao rio Almonda e à sua nascente, não passam de uma retórica que não tem quaisquer consequências práticas.

O executivo municipal, consideramos nós, está a vender o nome de Torres Novas muito barato e, certamente, que contratos desta natureza não são promotores nem contribuidores para o desenvolvimento da economia local.”

**Mafalda Batista:** “Hoje nesta sessão da Assembleia Municipal, termina a minha comissão de três anos como um dos representantes desta Assembleia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Novas, mais conhecida por CPCJ.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos que permitiram que, ao longo de três anos, tivesse esta oportunidade única de participar numa instituição tão nobre e importante como a CPCJ. Tive a chance de aprender e de partilhar conhecimento.

É de coração cheio que termino este ciclo, com a sensação que fiz tudo o que estava ao meu alcance nas tarefas propostas para este desafio, mas com a certeza que ainda há muito por fazer para garantir sempre os direitos das crianças.

O que me traz aqui hoje é partilhar com todos o que é a CPCJ e o trabalho que tem sido desenvolvido por esta entidade em Torres Novas.

As CPCJ, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional, estas comissões visam a promoção dos direitos das crianças e dos jovens e a prevenção ou o término de situações suscetíveis de afetar a sua segurança, a sua saúde, a sua formação, a sua educação ou o seu integral desenvolvimento. O modelo atual das CPCJ está em vigor desde janeiro de 2001, apela à participação ativa da comunidade numa relação de parceria com o Estado, estimulando as energias locais potenciadoras de estabelecimentos de Redes de Desenvolvimento Social.

Em Torres Novas, a CPCJ é constituída por um representante do município, um representante da Segurança Social, um representante dos Serviços Locais do Ministério da Educação, representante dos Serviços Locais de Saúde e, estes quatro elementos, representam no total uma dedicação de 70 horas semanais do seu trabalho a esta Comissão. Depois, temos um representante das IPSS não residenciais, que nos últimos três anos desempenhou também a função de Presidente desta Comissão, um representante das IPSS residenciais, um representante das Associações de Pais, um representante das Associações que desenvolvem atividades desportivas, culturais e recreativas, destinadas a crianças e jovens, um representante das Associações de Jovens, um representante da PSP, um representante da GNR e quatro elementos designados pela Assembleia Municipal, estes 10 últimos elementos com a dedicação de 8 horas mensais a esta Comissão.

Estes 15 elementos, formam a Comissão Alargada e desde seu número ímpar de membros, nunca inferior a cinco, irá formar a Comissão Restrita.

O trabalho destas Comissões assenta em duas vertentes, a primeira vertente e mais conhecida, apoiando diretamente crianças e jovens em situação de potencial risco ou em risco efetivo, a segunda vertente, assenta na divulgação e promoção dos direitos das crianças junto da comunidade.

A Declaração dos Direitos das Crianças, foi proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de novembro de 1959, pela Resolução 1386.

Para se compreender muito deste trabalho que, quase sempre, é discreto e eficaz, é importante relembrar o 2º Princípio da Declaração dos Direitos das Crianças, que diz: “A criança gozará de uma proteção especial e beneficiará de oportunidades e serviços, dispensados pela Lei e outros meios para que se possa desenvolver física, intelectual, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim, como em condições de liberdade e dignidade”. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental que se atenderá, será o interesse superior da criança.

Na CPCJ de Torres Novas em 2022, foram acompanhadas 248 crianças, em que cerca de 100 processos tinham transitado de 2021, destas crianças e jovens, 123 estavam na faixa etária entre os 11 e 17 anos.

Tivemos um processo de uma criança brasileira, de uma criança francesa, 47 processos de crianças com nacionalidade desconhecida e as restantes eram portuguesas. Entre os zero e os 14 anos de idade, as problemáticas sinalizadas foram maioritariamente a exposição a violência doméstica e negligência. Entre os 15 e os 17 anos, as problemáticas predominantes foram violência doméstica e absentismo escolar.

As entidades que mais sinalizaram crianças em risco foram, em primeiro lugar, as forças de segurança, 57 casos. Em segundo lugar, os estabelecimentos de ensino com 27 casos e desconhecidos, 23 casos.

A medida de proteção definitiva aplicada na maioria dos casos foi apoio junto dos pais, com uma taxa de 85%.

Em 2023 foram acompanhadas 306 crianças, em que cerca de 111 processos tinham transitado 2022, destas crianças e jovens 153 estavam na faixa etária entre os 11 e 17 anos. Tivemos processos de 11 crianças brasileiras, de 6 crianças angolanas, 30 processos de crianças com nacionalidade desconhecida e as restantes eram portuguesas.

Entre os zero e os 14 anos de idade, as problemáticas sinalizadas foram maioritariamente de exposição à violência doméstica e negligência. Entre os 15 e os 17 anos, as problemáticas predominantes foram criança ou jovem que assume comportamento de risco e absentismo escolar.

As entidades que mais sinalizaram crianças em risco foram forças de segurança, 125 casos, estabelecimentos de ensino, 43 casos, e desconhecidos, 42 casos.

A medida de proteção definitiva aplicada na maioria dos casos foi apoio junto dos pais, com uma taxa de 95%.

Em 2024 foram acompanhadas 278 crianças, em que cerca de 124 processos tinham transitado de 2023, destas crianças e jovens 146 estavam na faixa etária entre os 11 e 17 anos, tivemos processos de 10 crianças brasileiras, 11 crianças angolanas, 3 crianças italianas, 2 crianças de São Tomé e Príncipe e 24 processos de crianças com nacionalidade desconhecida, e as restantes eram portuguesas.

Entre os zero e os 14 anos de idade, as problemáticas sinalizadas foram maioritariamente exposição à violência doméstica e negligência. Entre os 15 e os 17 anos, as problemáticas predominantes foram criança ou jovem que assume comportamento de risco e absentismo escolar.

As entidades que mais sinalizaram crianças em risco foram, em primeiro lugar, forças de segurança, 72 casos, em segundo lugar, desconhecidos, 60 casos e, em terceiro lugar, estabelecimentos de ensino, 51 casos.

A medida de proteção definitiva aplicada na maioria dos casos foi apoio junto dos pais, com uma taxa de 87%.

Para compreendermos esta informação é importante lembrar o 3º Princípio da Declaração dos Direitos das Crianças, que diz: “A criança tem direito desde o nascimento a um nome e a uma nacionalidade”. No mundo atual onde as migrações são cada vez mais frequentes, onde as tecnologias de informação permitem trabalhar em quase qualquer lugar do mundo, é importante garantir que as crianças que acolhemos no nosso concelho tenham os seus direitos assegurados.

Sobre o bicho papão que paira sobre as CPCJ de todo o país, com a imagem que estas instituições só servem para retirar crianças às famílias, sem dó nem piedade, os números falam por si.

Nos últimos três anos, a opção de apoio junto dos pais foi a medida predominante em mais de 85% dos casos, a opção do acolhimento residencial foi a medida proposta apenas em 4 a 8% dos casos.

Para divulgação e promoção dos Direitos das Crianças junto da comunidade, a CPCJ de Torres Novas desenvolveu alguns projetos, elaborou atividades lúdicas junto de crianças e jovens, promoveu reuniões com as direções dos Agrupamentos Escolares, ouviu grupos de jovens sobre as suas preocupações, interesses e necessidades, colaborou com o município no projeto com a chancela da Unicef “Cidades Amigas das Crianças”.

Citando Melinda Gates: “O amor é força mais poderosa e subtilizada para a mudança no mundo”. Quando colocamos amor em qualquer coisa que fazemos, agimos com a certeza de que as probabilidades de sucesso aumentam porque tudo o que é feito de coração recebe a nossa energia mais pura. O amor é o que move todo o trabalho desenvolvido na CPCJ.

Na CPCJ, os meios são escassos e o modelo de funcionamento destas instituições é de 2001 e está desajustado à realidade atual. Sabemos, nos dias de hoje, que os comportamentos são cíclicos e a expressão “Filho és, pai serás”, traz também a repetição de comportamentos desajustados, mas o desenvolvimento da psicologia trouxe ferramentas para quebrar estes ciclos. Muitos desses comportamentos que alguns jovens sinalizados apresentam, trazem sempre acompanhadas patologias do foro psicológico.

Isto são apenas alguns exemplos que justificariam a existência de um quadro de pessoal afeto em exclusivo à CPCJ, onde seria imprescindível, entre outros, um psicólogo e um assistente social, mas estas alterações que são urgentes tem de ser parte integrante de uma alteração estrutural à Lei que regula estas comissões.

Quero deixar um agradecimento a todos os Comissários que me acompanharam nesta jornada, pelo espírito de equipa e de companheirismo e um agradecimento especial ao Sr. Presidente João Mota, pela forma calorosa como acolheu todos os seus Comissários, demonstrando sempre disponibilidade para ouvir e debater novos projetos nesta comissão.

Para terminar, quero desejar votos de sucesso e de felicidade aos novos Comissários que hoje vão ser eleitos.”

**Cristina Tomé:** “Trago cinco questões que gostaria de ver esclarecidas.

Primeiro, a reabilitação da Avenida dos Antepassados na Meia Via, é uma reivindicação antiga da população desta localidade, à qual a CDU tem dado voz por diversas vezes.

Na lista de ruas e estradas a serem reabilitadas, facultada pela Câmara Municipal, não consta esta estrada. Perguntamos então, quando é que aquela via será reabilitada para deixar de constituir um perigo para quem lá circula?

Segunda questão, há cerca de 14 anos que a Cooperativa Agrícola de Árgea doou o lagar à Câmara Municipal para que, naquele local, fosse construído o museu da olaria e do azeite, no entanto, aquele edifício continua ao abandono e esta é uma questão querida àquelas populações. Para quando a implementação deste museu, de forma a valorizar a localidade e a cultura do concelho?

Terceira questão, os trabalhadores do município de Torres Novas continuam sem novas oficinas, apesar de ter sido referido pelo Sr. Presidente da Câmara, a transferência com brevidade para novas instalações na zona industrial. Para quando será esta transferência, já que o tempo tem passado e os trabalhadores continuam a exercer as suas funções em locais bastante precários.

Quarta, perguntamos também acerca da situação do Centro de Saúde da Lamarosa que, segundo a informação que nos chegou, tem as suas infraestruturas debilitadas o que pode pôr em causa o seu funcionamento e o conseguinte acesso a cuidados de saúde por aquelas populações.

Pedimos esclarecimentos acerca do ponto em que se encontra esta questão e acerca do que a Câmara está a pensar fazer para resolver este problema.

E por fim, questionamos acerca do Pavilhão Desportivo de Riachos, questão que tem inquietado os riachenses, em que ponto está a obra e para quando a sua abertura ao público.”

**Soraia Vieira:** “Antes de iniciar o Período da Ordem do Dia, permitam-me de referir de forma muito rápida, um conjunto de assuntos que me parecem merecer menção nesta Assembleia e os mesmos que, em representação da bancada do Partido Socialista, pretendo distinguir.

O primeiro dos temas, surge como inevitável e inegável já que se funde com a própria história do nosso concelho, refiro-me ao Centenário do Clube Desportivo de Torres Novas, que tal como acabo de referir assinalou recentemente os 100 anos da sua existência.

É justo lembrar e preservar todo o legado conquistado ao longo de tantos anos, mas também renovar a consciência do papel tão importante que continua a desempenhar na dinâmica desportiva e também associativa de Torres Novas.

Ainda atual, é enorme a responsabilidade que continua a ter no presente e futuro da nossa comunidade, principalmente por meio da sua atuação junto das camadas jovens, surgindo como um local de formação desportiva, mas também do desenvolvimento pessoal e social de tantos que ali vestem a camisola.

Por tudo isto e dado o seu exemplo de resiliência quanto à capacidade de superar desafios e adversidades, muito também graças à dedicação de todos os envolvidos que, de forma voluntária, não desistem daquela que é uma causa coletiva.

Este é o CDTN, um clube que muito nos deve orgulhar e que está de parabéns.

Ainda dentro do tema da área desportiva, gostaria também de mencionar a realização da Gala do Desporto, que irá ocorrer na próxima sexta-feira.

E, mais uma vez, muitos são os motivos de orgulho que temos nesta área, tendo em conta todos os resultados desportivos que vão sendo alcançados nas mais variadas modalidades.

Pretendo, portanto, deixar uma palavra de apreço a todos aqueles que ali serão homenageados, bem como, a todos os envolvidos pela dedicação e incentivo à prática desportiva.

Neles saúdo todos os atletas que, diariamente, elevam o nome do nosso concelho e que surgem como agentes importantes na promoção de estilo de vida mais saudáveis.

Seguidamente e mudando de tema, mas referindo uma área muito necessária e atual, gostaria também de referir com todo o apreço e orgulho, a renovação da distinção do município como Autarquia Voluntária 2024. O prémio atribuído pela Cooperativa António Sérgio para a economia procura distinguir reconhecer, de forma pública e formal, o trabalho de promoção da prática do voluntariado pelas autarquias, no caso 244 municípios e duas Juntas de Freguesia distinguidas.

Quanto a Torres Novas, foi destacado e valorizado o trabalho desenvolvido na dinamização do Banco Local de Voluntariado e, por isso mesmo, relembro e sublinho toda a importância social que esta iniciativa tem, assumindo um papel essencial para mobilizar da comunidade, promovendo a sua solidariedade e fortalecendo uma cidadania mais ativa.

Por último e não diretamente relacionado com a realidade que se conheça no nosso concelho, mas que não poderia deixar de lamentar, são os números face a casos de violência doméstica. Vamos apenas no segundo mês do ano e o panorama é aterrador, segundo os dados comunicados pela Polícia Judiciária, são já cinco mulheres mortas às mãos de homens, contabilizando também quatro violações e dois abusos sexuais de menores. Reiterar que a Violência Doméstica não pode, de forma alguma, ser tratada como uma questão cultural nem íntima de cada família e lembrar que representa uma grave violação dos Direitos Humanos, que afeta as suas vítimas brutalmente, de forma física, mas também emocional, deixando marcas psicológicas profundas.

É este um problema estrutural que exige tolerância zero, que exige sensibilização frequente, programas de prevenção adequados e uma resposta eficaz das autoridades, mas também de todos nós, enquanto sociedade, sendo óbvio que nenhum partido está alheio das responsabilidades ao combate destas situações. “

**André Valentim:** “Hoje venho aqui com algumas questões, sucintas também.

A primeira delas tem a ver com a Parcerias de Azeite, qual o ponto de situação do licenciamento urbanístico e do licenciamento da atividade industrial?

No seguimento aqui da intervenção do Pedro Triguinho, relembro que a colocação de contentores, sejam eles de uso humano ou não, é uma ação urbanística, portanto, está sujeita a licenciamento e fiscalização no âmbito do Urbanismo.

Se forem trinta metros quadrados é uma coisa, mas presumo, não sei se são dois contentores, se são dez, mas para além do processo em si da descontaminação, é uma ação de fiscalização que tem que ser desenvolvida e a Câmara tem que atuar. Porque se eu quiser colocar dez contentores no meu terreno, certamente haverá uma ação de fiscalização para esse caso.

Outra questão que gostaria de falar, foi feito um relatório ao Urbanismo, auditoria, seria bom que no âmbito das nossas competências, desta Assembleia, porque uma das competências é avaliar as auditorias que são feitas aos órgãos do município, seria bom que esse relatório viesse a discussão a esta casa, para podermos avaliar corretamente esta situação.

Relativamente ao PDM, aguardamos esclarecimentos.

Outra questão, no seguimento da intervenção aqui da bancada do Movimento P’la Nossa Terra, efetivamente, apesar da extensa intervenção, é importante os eleitos desta casa reportarem a esta Assembleia o trabalho que desenvolvem nas comissões. É algo que não me recordo ter sido apresentado a esta casa, mas temos várias comissões, vários representantes e seria bom os demais terem conhecimento destas súmulas, destas comissões. Continuamos a aguardar os relatórios da reabilitação urbana, onde os imóveis degradados seriam identificados, seriam comunicados, mas pelo que parece relatórios feitos pela Câmara Municipal é algo que é escasso. Permitam-me só aqui questionar diretamente a questão dos regulamentos dos loteamentos, que têm sido aqui abordados várias vezes.

O regulamento de um loteamento é um documento público, certo, se quiser consultar um regulamento de loteamento, podemos consultá-lo, portanto, se a bancada do Bloco de Esquerda que, recorrentemente, vem aqui solicitar, se nos dirigirmos ao Urbanismo podemos ter acesso a essa informação, sem problema nenhum? Está lá tudo, portanto, podemos requerer a informação, deixava o desafio, eu próprio também terei que o fazer nalgumas situações, talvez possamos ir juntos, para ver se conseguimos aceder a essa informação.

Uma questão sucinta, relativamente ao desporto e a todas as nossas coletividades, seria bom que os problemas de infiltrações no pavilhão Helena Sentieiro fossem resolvidas de uma vez por todas, para potenciar a maximização dos nossos atletas e dos resultados. “

**Roberto Barata:** “Primeiro, responder, já agora, ao Sr. deputado André Valentim, nós sabemos que podemos ir ao Urbanismo pedir esclarecimentos, mas nós já o fizemos durante 6 anos e estamos aqui, como vocês, por direito próprio e, portanto, queremos uma resposta cabal, algo que já estamos a pedir há 6 anos, pelo menos.

Sobre a Cratoliva, Sr. Presidente, queria fazer uma série de perguntas porque o Bloco de Esquerda também as fez ao Governo e o Governo reencaminhou algumas das decisões para a Câmara Municipal de Torres Novas.

Relembro que a 30 de setembro de 2024, nesta Assembleia, o Sr. Vice-Presidente disse e cito: “vamos decidir a cessação imediata da atividade, não, vamos dar o prazo para o cumprimento da Lei, temos de dar 60 dias”.

O Bloco de Esquerda também recebeu uma resposta por parte da Câmara Municipal, a informar que, afinal, a Cratoliva terá de apresentar respostas no prazo de 90 ou 120 dias, dependendo do tema. Significa que aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse aqui, que ocupa o pelouro há vários anos, disse algo que não poderia dizer ou então não sabia exatamente o que falava. Aproveitamos também para perguntar o que se passa porque, pelo menos, no último sábado, o cheiro era bastante intenso naquela zona.

Sobre o Colégio Andrade Corvo, este é um edifício que já esteve para ser muita coisa, já esteve para ser algo para a Escola Nacional de Polícia, tivemos cá o Magina da Silva também, com muita pompa e circunstância e ao longo destes anos fomos pagando renda à Diocese de Santarém e, entretanto, soubemos que vai ser um hospital privado. Não comentando o tema do hospital privado, cabe a pergunta quanto é que se pagou à Diocese de Santarém, ao longo destes anos, por um edifício que com exceção da pandemia em que serviu para alguma coisa, não serviu para rigorosamente mais nada.

E por último, um tema que pode parecer menor, mas também é importante, na Avenida 8 de Julho começou-se um trabalho, que até considero relevante, que era arranjar as caldeiras das árvores devido às irregularidades do piso que ali estão. Entretanto, o trabalho parou e não percebemos bem porquê, já vimos várias pessoas, todos vemos, se formos ali àquela zona, umas pessoas a tropeçar e algumas a cair e, portanto, queremos saber porque é que o trabalho acabou e se vai recomeçar?”

**Leonel Santos:** “Sr. Presidente, na quarta-feira na sessão de Câmara, falei relativamente à questão da saúde na minha freguesia.

Lamentei mais uma vez, a questão que já tem uma doença crónica, não há salvação possível. Hoje, como o Sr. Presidente também recebeu um mail, do Sr. representante da ULS a dizer que na próxima semana já vai haver médica em Casais da Igreja.

Só questiono uma coisa, durante este tempo todo, se não houve ninguém desta casa, e tenho que chamar assim, que não se lembrasse de perguntar a quem de direito para saber qual era o estado da minha freguesia, em termos de saúde.

De maneira que falei na quarta e bem, afinal na próxima semana já vai haver médica ou médico, um dia por semana, um dia em Casais da Igreja e outro em Assentis

Pois aqui, no último parágrafo, diz-me que: “relativamente ao projeto da Bata Branca, será possível a sua implementação desde que existam médicos disponíveis e que seja possível enquadrar no referido projeto, bem como, o necessário acordo por parte do município.”

Espero que se consiga médico, porque também acredito piamente que a Câmara concorda com esses Srs., para tentar resolver as coisas de uma vez por todas.

Além do mais, estamos já no último mandato, não estamos de saída porque entendo quem entra nunca mais sai, mas pelo menos a terminarmos este nosso mandato com uma situação resolvida, que peca por tardia, por ser há tantos anos.

Tenho aqui duas situações, Sr. Presidente, para lhe falar. A primeira, é que à partida ou em princípio, não vai haver mais nenhuma reunião inter Juntas com o município, onde nós abordamos problemas em que a maioria são comuns às freguesias.

E a outra situação, que me leva a falar no assunto é a falta de resposta a mails que envio para cá, relativamente a situações da minha freguesia.

Senão vejamos, no mail de 30 de outubro, informei a Câmara que tinha decorrido uma reunião inter Juntas, onde no ponto 4. dessa ordem de trabalhos, relativamente aos orçamentos participativos fui informado de que o orçamento participativo não contemplava Fungalvaz, ao contrário de outros orçamentos participativos. Pergunto, qual é o ponto da situação relativamente a estes dois casos, que era a Azulada e o orçamento participativo que era da Fórnea, portanto, não tive resposta a essa situação.

Mas vejamos, o orçamento participativo de Assentis em que Câmara Municipal e bem, fez uma parte e tenho que dizer que fez uma parte porque aquela parte pavimentação foi da responsabilidade da Junta de Freguesia, teve que fazer aquilo.

E hoje recordei-me de uma situação falada numa reunião, em que a Câmara se prontificou a pagar aos meus colegas que concorreram para isso, pagar às Juntas de Freguesia a reparação dos parques infantis.

De maneira que, como não fiz a candidatura, porque não queria fazer reparar esses parques, pergunto se é possível, já que a Câmara não vai ter tempo de fazer o Orçamento Participativo da Fórnea, se a Câmara podia dar-me o dinheiro para ser eu a fazer a obra, visto a Câmara, de certeza, não vai ter tempo de a fazer.

Relativamente à candidatura que foi feita para a Azulada, nós tivemos uma reunião, os colegas das Juntas com dois responsáveis da Câmara, e que nós podíamos fazer uma candidatura, na altura ou como pareceu falarmos em valores era até 100.000 €, a candidatura que fiz foi para a requalificação da Azulada. A Azulada é uma bifurcação de duas ribeiras e era para criar um espaço de lazer naquela zona. Fazer os muros em blocos de pedra, fazer aquilo tudo, porque tinha um projeto.

Mas como a Câmara iria fazer, não fiz nenhuma candidatura para aquilo. Ora bem, a candidatura que fiz agora relativamente à última dos meus mandatos, é um valor até 40.000 €. Pergunto, essa candidatura como não foi contemplada a Azulada, teria feito a candidatura, mesmo para a dita Azulada e não para pavimentar as duas ruas da minha freguesia, portanto, tinha trocado, de maneira que não vou fazer a Azulada, os Srs. também não vão fazer e vou pavimentar duas ruas que são da responsabilidade da Câmara. De maneira que acabaram por limitar a minha ação na freguesia. Peço que a Câmara me diga algo relativamente à situação. Esqueci-me de um pequeno pormenor, relativamente à Azulada, da não resposta dos e-mails, a Câmara enviou-me um e-mail no dia 21 de fevereiro de 2024, a dizer que a candidatura da Azulada não fazia parte, não foi acolhida naquele âmbito.

Respondi no dia 22, a informar o seguinte: a Azulada é um espaço público, propriedade da Junta de Freguesia de Assentis e a obra que se pretende realizar será a requalificação deste espaço, como local de lazer e usufruto dos cidadãos. Mais se informa, que a Azulada nada tem a ver com as cascatas da Beselga e que se localizam a cerca de quinhentos metros a norte desse local.

Isto é um e-mail do dia 22 de fevereiro e até hoje não recebi qualquer resposta relativamente a estas situações.

Tive que trazer estas duas situações, como já não vai haver a reunião gostava de saber porque é que não recebo qualquer resposta a estas situações.”

**Presidente da Câmara:** “Em relação ao Rui Alves Vieira, a questão das centrais fotovoltaicas, que estão na moda, o número de prédios devolutos, etc., e a questão do PDM, embora saiba a evolução que teve, mas prefiro que seja o Vice-Presidente a informar.

Quanto ao muro de Trás-dos-muros e da companhia de seguros, o processo tem desenvolvimento, naturalmente. A pessoa que está mais preocupada com a situação, é da vivenda que está junto à barreira, na continuidade da nossa Câmara velha, vamos chamar assim, no Largo do Salvador e depois tem uma garagem atrás, que não está limitada de ser utilizada, mas que assusta um bocado.

Isso, a nível do Departamento de Intervenção Territorial, está a ser preparado e foram informados os proprietários desse imóvel, passo a passo.

Neste momento e para não faltar à verdade, não sei precisamente se já está adjudicado, se não está adjudicado, a parte das Águas do Ribatejo em que ponto é que está, é uma questão que, se o Rui quiser, em qualquer momento, poderei explicar também com a presença do Departamento de Intervenção Territorial.

Sobre o contrato de mecenato com a Renova, independentemente do termo mecenato, e do Rui explicar bem o que é que quer dizer o mecenato e o mecenas, e quem conhece um pouco de história traduz-se, de uma forma genérica, generalizada, uma empresa ou empresas que gratuitamente dão à Câmara ou Câmaras ou outra entidade qualquer, seja o que for e, em termos jurídicos, é possível ou não receber e, claro, neste caso, é possível receber.

Talvez fruto de muitos anos que já tenho aqui, à boa maneira portuguesa, trouxe um relatório desde 2011 com as ofertas que foram à Câmara.

E para não ficar a Renova isolada e porque, no meu entender, seja a Renova, seja outra empresa qualquer, no nosso concelho, que queira colaborar com a Câmara, com coletividades da Câmara, seja a nível social, cultural, que a Câmara tenha qualquer tipo de participação, e falo por mim, são bem-vindas. E sem separar as águas do que é uma oferta, do que é uma forma gratuita de dar um impulso ao nosso concelho e também promover o nosso concelho. E por isso é que a democracia é tão bonita e espero que não se perca, sobretudo pelo mundo fora, pelo que a gente tem visto. Ia só, muito rapidamente, relembrar desde 2011: o Continente, o Modelo, a Transbase, o Dia Portugal, o Continente, a Districanena, a ITMP, a Troncadis, o E.Leclerc, o SuperTorres, o SuperAlcanena, a BCM Bricolage S.A., a Megabicho, Lda., a SORGAL, a ZU, o InterBarquinha, Vetoquinol, Auchan.

Enfim, podia dizer muitas mais, de forma legalmente possível, obviamente, senão não aceitaríamos, vou recordar a colaboração deles na Feira da Época e nas Festas da Cidade, em tantos outros eventos que de alguma forma eles colaboram também, como para o nosso canil com o fornecimento de comida para os animais.

Tem maior emblema, é um emblema eventualmente negativo a Renova em Torres Novas, é essa questão é muito discutível, já tive oportunidade de dizer também publicamente que uma coisa são as falhas da empresa, falhas fabris, falhas poluidoras, desta ou de outra empresa qualquer e, depois, há meios legais para resolver. Não nos sentimos de maneira nenhuma vendidos e temos uma visão, se calhar, muito nossa, quero acreditar que se fosse feita uma sondagem à população torrejana, e sem ter elementos comigo, acho que a maioria dos torrejanos vêm com bons olhos a Renova. Criticam como eu, sou o primeiro a criticar quando eles falham, sobretudo falhas mecânicas, e depois a própria legislação, como já disse aqui também, tem uma abertura para essas falhas mecânicas. Porque são mecânicas, até nós temos exemplos disso na nossa casa, no nosso carro e em mil e uma situações.

Quero acreditar que a maior parte dos torrejanos, por sentirem o peso que a Renova tem economicamente, por sentirem o número de trabalhadores que lá trabalham, que não se sentem vendidos de maneira nenhuma por alguma situação que venha a ocorrer mais desastrosa por parte da Renova, desde que seja compensada. Porque, se continuasse hoje a poluição, se hoje falássemos aqui da Renova a dizer que desde a última ocorrência até hoje continuava a poluição, já diria de outra maneira.

Mas recordar o passado, por uma situação que ocorreu e foi resolvida e continuarem persistentemente a dizer que estamos vendidos à Renova, parece mal, pelo menos, não aceito. Aceito porque a democracia obriga-me a aceitar, nem me obriga, respeito a ideia de cada um, mas tenho que lamentar que o Bloco de Esquerda veja dessa maneira a Renova no nosso concelho e, independentemente, de ser papel higiénico.

Vou recordar e outros poderão rir-se, foi com agrado que vi em determinada altura que a Renova ganhou o Prémio da Publicidade em França. Por acaso, estava em França, em Paris e os maiores reclamos que lá estavam, os maiores anúncios, era a dizer Renova, não diziam Renova Torres Novas, mas nós todos conhecemos que a Renova é de Torres Novas, devemos sentir orgulho nisso.

Também devo dizer, sinto orgulho na oficina mais pequena que exista no nosso concelho e conheço muitas, do vulgar cavador ao que trata do gado e, comparativamente com a Renova, não envolvem milhões de euros ao longo do ano, mas respeitos todos porque todos fazem parte da nossa comunidade e todos têm que ser valorizados. E, se calhar, todos têm falhas, mas quando as falhas são colmatadas, são resolvidas, não inventemos tanto porque só prejudicamos, se calhar, quando há diálogo e tem havido, é muito mais frutífero do que tão simplesmente chegar ao micro e criticar seja o que for, sem procurar resolver a situação.

E o Bloco de Esquerda esteve, na presença de uma ex-vereadora, teve uma reunião connosco e com a Renova, visitou a Renova. E a Renova já deu provas também, não estou aqui a defender a Renova só por defender, mas a fábrica nova que fizeram, o quererem transformar um espaço que era fabril no museu, isso também não deve ser dito? Que daqui a uns anos deixa de laborar, seja o que for, na fábrica velha, vai deixar de poluir porque há outras formas da fábrica resolver a situação.

As informações que estou a dar qualquer pessoa pode recolher, qualquer partido pode recolher, ir à fábrica falar, ver e, junto do Urbanismo, ver o projeto que foi feito, etc.

Elogiar a intervenção da Mafalda Batista em relação à participação da CPCJ. Acho que devia ser realmente mais divulgada, os relatórios chegarem a todos, porque os políticos deste concelho só estando embrenhados neste processo é que percebem a importância que ele tem. O voluntariado que ali existe e que deve ser valorizado, da minha parte irei também, porque tenho a ação social no meu Pelouro, pedir para que os relatórios mais atuais possíveis, que os façam chegar também à Assembleia Municipal.

Em relação à Cristina Tomé, sobre a reabilitação da Avenida dos Antepassados na Meia Via, vai ser uma das obras, não sei se é a mais importante, mas pelo menos financeiramente, que irá custar mais dinheiro ao município. A Junta de Freguesia está a par, está o projeto a ser feito.

Uma coisa que aprendemos nestes últimos anos, e não quer dizer que antigamente não fizessem o mesmo, mas não faziam com o mesmo critério que hoje estamos a fazer hoje, seja pequena ou seja grande, se calhar, é um erro pavimentar sem haver um projeto, porque o projeto prevê o escoamento das águas, prevê a ligação ou não a zonas de saneamento, até porque há habitações ao longo dessa estrada. Está a ser feito o projeto, em termos orçamentais, duvido que seja já, ser o começo em 2025, a conclusão em 2025 custa-me a querer, não constando em orçamento, a não ser o projeto, não quer dizer, porque temos alterações orçamentais todos os meses, que não venha a ser contemplado.

Houve uma opção da Junta, dentro de um empréstimo que fizemos e porque ainda não tínhamos o projeto feito da rua do Mirante, que também é muito importante para a Meia Via e, portanto, essa será uma das obras, não foi compensar porque todas são necessárias, mas será em primeiro lugar a rua do Mirante.

Sobre a Cooperativa Agrícola de Árgea, transformar em museu, nós temos um anteprojecto feito pelo DIT, pelo arquiteto Nuno Santana, que contempla o velho lagar dividido em duas ou três partes, para haver uma visita que contemple o velho lagar com peças que ainda lá

existam, acrescentar a olaria que fez história no concelho, também para servir de zona de intercâmbio cultural e algumas reuniões, etc. Como envolve verbas expressivas ainda não avançamos, até maio vão abrir candidaturas através da ADIRN, não estou a garantir que seja aprovada esta candidatura porque também há mais candidaturas em jogo, mas é uma oportunidade que vamos ter. É uma das obras que no meu último mandato, falo por mim, tenho imensa pena porque foi comigo que foi feito o protocolo com os velhos cooperantes, alguns já morreram e que, em troco de nada, deixaram à Câmara essa responsabilidade.

Mas tenho uma boa notícia a seguir, que são as oficinas da Câmara.

As oficinas da Câmara já estão a ser preparadas, na antiga Solregas, para durante o mês de março, se possível, as oficinas passarem para lá. Porque vendemos as velhas oficinas a quem também adquiriu o Torresforum, e que pediu alguma urgência para começarem também as obras deles. Portanto, está em curso, para rapidamente mudarmos para lá.

Centro de Saúde da Lamarosa, pode ter chegado ao Departamento de Obras, a mim confesso que não me chegou esta informação das lacunas que tem o Centro de Saúde de Lamarosa, nós estamos disponíveis, embora seja da responsabilidade da Unidade Local de Saúde. Já o demonstramos, está uma grande obra a maior obra de saúde feita no concelho que é o Polo da Unidade de Saúde Familiar Cardilium, junto ao hospital, a Câmara não vai ser proprietária, vai ser a Unidade Local de Saúde, está uma obra em desenvolvimento a do Posto Médico da Brogueira, está uma obra em desenvolvimento na Unidade de Saúde Pública junto ao Jardim Escola João de Deus, tudo a Câmara através protocolo com o Ministério da Saúde.

Portanto, Centro de Saúde da Lamarosa vou aprofundar mais e depois, até particularmente, informarei.

Pavilhão Desportivo de Riachos, é um problema, lamento imenso todo o atraso que tem ocorrido, a Câmara não tem culpas nenhuma no cartório, como se costuma dizer, a empresa que ganhou encontrou uma situação que, durante alguns meses protelou um bocadinho a obra, mas não é justificação total para o atraso da obra. O que encontrou foi a parte antiga do Pavilhão de Riachos, aproveitamos esta obra para melhorar os balneários, melhorar situações que estavam em risco, como uma plataforma superior em risco de cair e criar problemas, mas isso, tecnicamente, poderá corresponder a um atraso de quatro a cinco meses, não é para o atraso que está a ocorrer. Por isso, a Câmara por unanimidade pôs uma condição à empresa que está a fazer, segundo sei, um esforço maior para em março, abril, terminar a obra, porque a partir de março começa a levar multas pelo atraso. Isto foi

deliberado na Câmara, não é invenção minha, portanto, o empreiteiro sabe que está sujeito a essas penalizações.

Agradecer à Soraia, às referências que fez ao nosso Clube Desportivo de Torres Novas, um clube eclético, qualquer coisa de desporto era “o Desportivo de Torres Novas” e que foi dando aso, ainda bem, ao longo destes 100 anos a múltiplas coletividades. E que continua a ser, apesar de debilidades em certas zonas do percurso, como qualquer coletividade, mas que vai também criando condições para estar cada vez melhor e a Câmara também tem colaborado muito, quer com o Clube Desportivo, quer com as outras coletividades todas. Aliás, foi uma das grandes apostas, não foi destes últimos três mandatos, foi desde sempre, dos últimos 32 anos que tem havido uma aposta muito forte no desporto e, por isso, não é só por isso, é que temos tantos campeões. Mas se calhar não seriam campeões se não tivessem espaço para treinar, desde miúdos e graúdos, só temos é que bater palmas ao voluntariado de quem está à frente das associações e, sobretudo, aos atletas, a todos, mesmo os que não ganham nada. Aprendi em certo sítio deste concelho que o campeão não é o que ganha sempre, é o que nunca deixa de se esforçar e, por isso, todos merecem um grande abraço da parte da Câmara.

André Valentim, Parceria dos Azeites, calculei que viriam falar na Cratoliva e trouxe uma informação que assinei no dia 7 de fevereiro deste ano: “Determino o embargo imediato e total das obras, ao abrigo do artigo 102º-B, nos termos e para os efeitos previstos no nº 3, do mesmo artigo conjugado...”. Enfim, a obra está embargada, se estão a desrespeitar o embargo sujeitam-se às consequências, só ultrapassam a Câmara pelo desrespeito criminal, se por acaso o fizerem.

Os contentores e a Fabrióleo, concordo em absoluto, há bocado foi um bocado parvoíce da minha parte não dizer que tínhamos que lá ir ver o que é que se passava com os contentores, porque não é pôr um contentor em qualquer lado, obviamente.

Sobre o relatório do Urbanismo, depois o Vice-Presidente dirá, assim como, do PDM também.

O Relatório de Reabilitação Urbana, até pensei que isso tinha sido entregue, mas irei também ver.

Sobre as infiltrações no Palácio dos Desportos, é um processo muito complicado, apresentei na Câmara e já lá vão umas reuniões atrás, por unanimidade também, concordou-se em avançar com um projeto. É um projeto que vai custar muito dinheiro à Câmara, porque as obras previstas, não sou técnico e, portanto, não discuto, só discuto se temos dinheiro ou não

temos dinheiro, e o que está em causa para melhorias no Palácio dos Desportos poderá rondar os dois milhões de euros e, por isso, estamos na expectativa de um relatório final, certamente já não serei eu a tomar opções.

O Colégio Andrade Corvo nunca deixou de funcionar, antes de mais dizer que a Câmara deixou de pagar renda a partir do momento, ainda no ano passado, que apareceu a empresa/clínica que se pretende lá instalar. Palmas à clínica que se quer lá instalar, acho que é muito bom para Torres Novas, em termos diferenciados haver uma aposta também na saúde, onde venham médicos, venham enfermeiros e, segundo sei, até muito direcionada para pessoas que estão no estrangeiro.

Portanto, a Câmara pagava 25.000 euros por ano, foi sempre utilizado o espaço, em primeiro lugar e foi o que nos atirou para o Colégio Andado Corvo, no período do COVID, depois a utilização do pavilhão quer pelo Judo, quer pela GNR, quer por múltiplas associações, inclusive, não é muito falado, por crianças que pertencem a Centros de Reabilitação e que, através do judo especial, têm lá a sua ação.

As salas continuaram a ser precisas de vez em quando, enquanto tínhamos algum poder sobre elas íamos dizendo que sim, portanto, agora já não temos, mas consideramos com agrado que foi uma boa aposta que fizemos em relação ao Colégio Andrade Corvo. Neste momento, estamos a aguardar que a Diocese de Santarém nos indique um valor de renda para o Pavilhão, porque queríamos continuar com a utilização do pavilhão.

O pavilhão representa a Associação de Judo de Santarém, é um orgulho para Torres Novas ter a Associação de Judo de Santarém aqui instalada, tem múltiplas funções que gostaríamos que continuassem. É mais um equipamento desportivo no meio de tantos que temos, mas que estão sempre cheios, quase que funcionam 24 horas sobre 24 horas, é mais um pavilhão que podemos tirar partido.

Sobre a Avenida 8 de Julho, queixamos muito, por vezes, porque temos no DIT muitos funcionários e porque é que nós nos socorremos de empresas para fazer determinados trabalhos, mas há pequenos e grandes trabalhos que o nosso Departamento de Obras faz com muita eficácia. Acho que só alguém que não consegue mesmo ver ou que não quer ver, na nossa cidade tem havido pormenores de melhoramento na via pública, nos passeios, nas acessibilidades, na segurança rodoviária, na pintura do tracejado, só quem não quiser ver, agora, está tudo feito? Não está, há calçadas por arranjar, claro que sim, temos candidaturas para acessibilidades, estão paradas em termos estatais, com projetos já feitos, etc. A Secretária de Estado ligada às infraestruturas acabou por me dizer, há cerca de um mês, que

iria ser desbloqueado na Comunidade Intermunicipal, que mais mês menos mês, iriam ser aprovadas, sobretudo, as que já tivessem projeto como a nossa, estão lá da nossa parte 1.200.000€ de candidaturas, só para passeios e paraacessibilidades.

Quero acreditar que vamos ter boas novidades dentro de pouco tempo, que o Governo nos vai contemplar com Fundos Comunitários a esse nível.

Ainda há dois ou três dias tive o prazer de estar mais uma vez com o Lionel, Presidente da Junta de Assentis, recebi o e-mail que ele recebeu, tive um telefonema que ele, se calhar, não teve antes de vir para esta reunião, do Presidente da ULS, Dr. Casimiro. Minutos antes disto começar, estava a falar com ele, onde me disse que durante a semana que vem iriam tentar resolver o problema e lançou-nos um desafio, um desafio que é dele também, é um desafio de todos, é que a Câmara está disponível, continua a estar disponível, para disponibilizar dinheiro para o projeto Bata Branca. Mas para o projeto Bata Branca funcionar, tem que haver médicos, isto é como o outro, queria que lhe saísse a lotaria sem jogar. Portanto, todos os cidadãos torrejanos e fora de Torres Novas, poderão dar uma ajudinha, se conhecerem um médico ou uma médica que não se importe de vir para Assentis, através do projeto Bata Branca, a Câmara que não tem essa responsabilidade, está disponível para ajudar a contratar, mais que isso não podemos fazer.

Já nos basta termos a delegação de competências para o pessoal auxiliar, para a manutenção das viaturas, para a limpeza e, mesmo assim, o dinheiro que o Estado nos transfere ao fim do ano, como poderão ver em abril quando da aprovação das Contas, não chega. Como não chega para a educação, portanto, estamos um bocado limitados nisso, mas faremos o que for possível. Em relação ao resto, peço ao Presidente Leonel para marcarmos uma reunião, para perceber melhor a questão de transferência de verbas, ou para o parque infantil ou como sugeriu a questão da Azulada, espaço de lazer, os 40 000€, prefiro reunir consigo e com os serviços na Câmara e com a parte financeira, a gente resolve aquilo num instante.”

**Vice-Presidente:** “Muito telegraficamente responder aqui a algumas questões ou clarificar aqui algumas questões que foram levantadas.

Começo pelas centrais fotovoltaicas, efetivamente, já houve algumas abordagens de algumas empresas que tentaram instalar centrais fotovoltaicas em Torres Novas, o nosso PDM não permitia, fizemos uma alteração que veio aqui à Assembleia, para poder permitir. Neste momento, não tenho conhecimento de nenhum processo de central fotovoltaica em Torres Novas, excluindo o processo da Renova que é para consumo próprio, portanto, neste

momento é o que está, que eu tenha conhecimento, pode andar nos serviços, pode ter entrado há pouco tempo e não me ter apercebido ainda.

Prédios devolutos e em ruínas, nós não sabemos dos prédios devolutos, não temos o estudo dos prédios devolutos, temos só os prédios em ruínas, mandamos todos os anos a listagem dos prédios em ruínas para as Finanças, todos os anos é comunicado. É fácil tirar, pode-se tirar a listagem que é dado conhecimento às Finanças.

Loteamentos 2012, não há loteamentos efetivamente desde 2012 para cá. Há dois loteamentos novos, aquilo que está nos dados e que foram fornecidos ao Bloco de Esquerda, são dados reais, ao momento, que foram fornecidos há dois ou três anos ou quatro ou cinco. Depois da listagem ser entregue, há um loteamento novo ou dois, por acaso, em frente à casa do Presidente, um loteamento novo, está aí.

Portanto, não há loteamentos novos, há muitos loteamentos em Torres Novas, há muitos loteamentos em vigor, alguns com dezenas de anos, alguns que até é difícil descobrir os documentos porque, de facto, são muito antigos.

Como dizia o Valentim, nos serviços está lá um livro de Registo dos Loteamentos, há outras informações mais recentes, há os loteamentos mais antigos, quando é preciso tem que se dar uma volta a alguns papéis, foi feita essa lista, vocês têm a lista. Podem querer alguma coisa descritiva com mais pormenor, a que vocês têm era a lista mais atual ao momento, hoje já não tem o mesmo tipo de atualidade.

Portanto, podemos atualizá-la e pedir aos serviços que façam melhor a clarificação de alguns números ou de alguns dados que estão lá. Porque não se deve confundir alterações a loteamentos, porque constantemente estão a acontecer alterações de loteamentos, com loteamentos novos. Vimos muitas vezes nos jornais, loteamento tal, alteração de loteamento, aparece muitas vezes isso, aparecem dezenas e dezenas de alterações a loteamentos, estamos a falar de situações diferentes.

A discussão pública do PDM, efetivamente, houve aqui uma pequena derrapagem, a empresa que nos está a tratar da parte jurídica, o escritório de advogados de Lisboa, temos estado em contacto com eles e nem sempre há acertos entre uns e outros, portanto, temos que estar aqui numa troca de articulado da legislação, aquilo é o Regulamento do PDM, é um articulado complexo, há sempre dúvidas entre os serviços. Os serviços têm que reunir todos para tentarmos que o regulamento seja o melhor possível e está-se a afinar pequenos acertos no regulamento, assim que esses acertos do regulamento estiverem prontos, o regulamento virá para a rua, o regulamento não, o PDM todo, obviamente, para discussão pública.

Cratoliva já foi aqui falado, o Presidente também já esclareceu, quando falei aqui não havia uma análise detalhada dos documentos, precipitei aqui algumas datas, a gente quando erra, tem que dizer que errou, que se enganou, precipitei-me, porque de facto estava ainda em análise nos serviços. Na análise e do acompanhamento jurídico que tivemos, não quisemos que os prazos não fossem os que deviam ser dados pela lei e, portanto, estamos a tentar cumprir o mais possível tudo. Já entraram alguns pedidos de licenciamento de alguns edifícios, mas está longe de que se conseguir licenciar aquele equipamento que ali está.

Também falou aqui nas habitações na Fabrióleo, efetivamente, não conheço as habitações na Fabrióleo, não sei do que é que estão a falar, estive há pouco tempo nos Pintainhos, até estive com o Presidente, por acaso, não sei se passamos lá, se demos a volta pelo outro lado, não reparamos, de facto, nestas coisas. Já fiz um e-mail durante o tempo que tivemos aqui, aproveitei para mandar uns e-mails para o Serviço de Fiscalização para se dirigirem de imediato lá e verem o que é que se passa.

Duvido que esteja licenciado, obviamente, não parece que esteja licenciado, mas não sei, nem sei o que é que lá está, nem em que sítio é, o sítio sei, deve ser aquele terreno em frente à antiga fábrica, será isso? Quem é que falou nisto? Foi o Pedro Triguinho, mas terei que averiguar o que é que se passa.

A Reabilitação Urbana, o relatório está feito por uma parte dos técnicos, havia uma equipa técnica para as Áreas de Reabilitação Urbana, composto por uma arquiteta do Urbanismo, um do Departamento de Obras do DIT, outro do Departamento da Cultura, outro do Departamento Jurídico, outro da área financeira. A técnica do Urbanismo tem o relatório feito, já mandou para os outros serviços para validarem, assim que tiver a validação dos outros técnicos que faziam parte dessa comissão, ele será entregue a todos.

O Relatório do Urbanismo, foi dado conhecimento do documento que nos foi entregue pela empresa pela Kaisen.”

**André Valentim:** “Relativamente ao Relatório do Urbanismo, se calhar, o Sr. Presidente da Assembleia e os demais poderão ajudar a esclarecer que, tendo em conta a existência de uma auditoria, podemos chamar assim, julgo que é uma das nossas competências avaliar os resultados dessa auditoria, não temos que decidir agora, mas gostaria de deixar esse repto. Se havendo uma auditoria a um dos serviços do município, resultou o que resultou, não estamos aqui a discutir isso, mas houve um processo de auditoria, houve conclusões, mas julgo que deveria formalmente vir a esta Assembleia para podermos discutir esses mesmos

resultados e essa mesma auditoria. É uma consideração que deixo, é um apelo que faço, não conhecendo o regulamento na sua plenitude, mas penso que faria todo o sentido, há uma auditoria na sequência de atos graves que ocorreram, portanto, acho que faria todo o sentido, mas deixo à consideração.”

**Presidente de Mesa:** “Vou analisar o assunto, até porque também não tenho conhecimento do relatório, mas vou analisar o assunto do ponto de vista técnico ou jurídico, saber se há alguma questão de segredo ou não, não sei, à partida parece-me que não, mas seja como for não me quero precipitar na resposta e vou analisar o assunto. Falaremos depois e falarei também com o Sr. Presidente da Câmara e com o Sr. Vice-Presidente sobre esse assunto.” –

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação e votação da ata da sessão anterior (Nº 7/ 2024).
- 2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2025 - integração do Saldo de Gerência de 2024.
- 3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do projeto de Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos no Município de Torres Novas.
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do projeto de Regulamento da Zona Industrial dos Riachos - Área de Acolhimento Empresarial (AAE) da Cova do Minhoto.
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de designação de Júri para procedimentos concursais de cargos dirigentes.
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas no âmbito de operação urbanística, requerida pela Junta de Freguesia de Assentis.
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas no âmbito de operação urbanística, requerida pela ATEP - Associação Torrejana de Ensino Profissional.
- 8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas de utilização da Alcaidaria do Castelo, requerida pela Confraria das Couves com Feijões de Carvalhal da Aroeira.

9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas de utilização da Alcaidaria do Castelo, requerida pela Associação de Guias de Portugal/ 1ª Companhia de Torres Novas.

10 - Designação de quatro elementos para representação da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Novas.

11 - Informações do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. -----

### **1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR (Nº 7/ 2024)**

Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a ata nº 7/2024, da sessão realizada em 12/12/2024.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor e seis abstenções (Roberto Barata, Cristina Tomé, Rosário Marcelino, Luzia Serigado, Luís Paulo, José Serra Rito). -----

### **2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DA 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 - INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2024**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 29.01.2025 (Anexo 1).

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Presidente da Câmara:** “Como viram, com o Saldo de Gerência estamos a aproveitar, todos os municípios estão a aproveitar a abertura na lei, para utilizarmos o Saldo de Gerência a exemplo de anos anteriores, antes da aprovação de contas.

Em relação a 2024, o Saldo de Gerência é de 1.754.680,95€, tem uma pequena diferença em relação ao ano anterior, representa também fatores positivos identificados pelos nossos serviços, nomeadamente, em termos globais, a execução da receita total foi superior à execução da despesa total, portanto, executamos 91,37% da receita e 88% da despesa face ao proposto, acho que é uma boa realização.

Como isto tem reflexo em 2025, relativamente a janeiro de 2025, a taxa de execução da receita total aumentou relativamente ao ano anterior, o saldo corrente foi de 980.806€

superior ao período homólogo do ano anterior, a despesa faturada pagou-se praticamente 100%, 98,75%.

Os indicadores, em termos da evolução da despesa de valores executados, acaba por representar também o que se passa hoje no mundo e o que se passa no nosso país, como é óbvio, em termos de aumentos de custos em algumas rubricas. Algumas de uma forma muito substancial, o que nos deixa também alguma preocupação, embora os aumentos que houve um pouco desproporcionados em relação ao ano anterior, 2023, seriam perfeitamente compensados com a receita se na descentralização de competências fossemos compensados. E teremos que ser, nós e o resto dos municípios do país, mas no nosso caso, só a nível da educação, para terem uma ideia, representa uma diferença de 1 milhão de euros, com a delegação de competências nós ainda temos por receber, é uma discussão em aberto com o Ministério da Educação. Um pouco menos na parte da saúde e na parte social superequilibrado, portanto, as verbas que recebemos da delegação de competências está perfeitamente sanado.

Fala aqui também que a autonomia financeira tem vindo gradualmente a diminuir, como acabei de dizer, com um decréscimo de 8% relativamente ao ano anterior.

Portanto, tem que haver um esforço para captação de candidaturas e fundos comunitários entre outros, portanto, na captação de receita sem termos que utilizar a figura de mexer nos impostos. Todos são testemunhas que temos mexido nos impostos, mas é a descer a taxa máxima, penso que todos defendemos que é de manter esse equilíbrio nas famílias, em termos de imposto do IMI. Temos sentido alguma subida de valores significativos no IMT, sinal da dinâmica económica também no concelho, assim como, a gratuitidade dos TUT, todos nos lembramos que representa também muito dinheiro.

Estou a dar estes exemplos, porque podia falar nos aumentos de custos, verba a verba, como vão ter a oportunidade de ver quando for a apresentação de custos.

Mas, para mim, o mais importante no Saldo de Gerência agora a transitar são as informações, a análise técnica dos nossos serviços, em que diz que o grau de execução da receita de capital foi de 0,99%, a receita corrente cobrada representa 90,62% do total das receitas.

Há aqui uma parte também importante, que é a autonomia financeira no período em análise, aumentou relativamente ao ano anterior para 42,03%. Portanto, fomos um pouco beliscados quando na aprovação das contas, é o papel também da oposição, quando se fala na questão da autonomia financeira, é uma meta que todos gostaremos de atingir em que a referência é

sempre os 0,50% ou os 0,40% e muitos, estamos no 42,03%, portanto, já foi uma subida interessante e significativa.

Finalmente, não temos dívidas em atraso, estamos a pagar em tempo útil, conforme a lei determina. O ano 2024 terminou com uma dívida, onde os empréstimos têm sempre uma fatia maior, de cerca de 13.000.000€ e a dívida total 14.247.000€, dos quais 12.785.000€ respeitam a financiamentos obtidos em empréstimos.

Neste momento, a dívida do município de Torres Novas, no final de janeiro de 2025, são dados provisórios, apresenta um total de 13.652.000€, ou seja, menos 4% relativamente a dezembro de 2024.

Portanto, temos uma capacidade de endividamento ainda por utilizar, perfeitamente legal, de 6.124.000€, em números redondos, isto em 2024. Ao dia de hoje, temos uma margem superior de endividamento correspondente a 7.752.000€, números redondos.

O município de Torres Novas não apresenta pagamentos em atraso, também é dito pelos nossos serviços, por isso, acho que comparativamente com 2023 e anos anteriores, estamos a passar um Salto de Gerência com alguma tranquilidade, com muita obra que queremos fazer, há 18 empreitadas em curso, fora componente de subsídios e de melhoramentos nas escolas, etc.

Portanto, poderei dizer com muita tranquilidade de espírito que estamos a começar o ano com razoabilidade, com os pés bem assentes no chão e muito atentos aos fundos comunitários e ao cumprimento das regras, para não os perder e procurarmos ainda mais, porque sem dúvida nenhuma que é uma fonte de receita que não sabemos se vai continuar a existir, a Europa está como está.

E, em segundo lugar, se não for a aproveitar a questão dos fundos comunitários torna-se muito mais difícil corresponder aos anseios das Juntas de Freguesia, aos anseios das pessoas, das coletividades. Já agora, falando nas Junta de Freguesia, como tiveram a oportunidade de ver no orçamento, com um bom investimento em quem merece e não é preciso dizê-lo, mais uma vez, o excelente trabalho que as Juntas de Freguesia estão a fazer e que são parceiros essenciais no dia a dia da Câmara.”

**André Valentim:** “Penso que as considerações económica ou financeira já foram feitas pelo Sr. Presidente, podemos concordar ou não.

Mas aquilo que me traz aqui, é a distribuição que foi feita deste Saldo de Gerência, que vai muito ao encontro, e bem, de algumas situações da habitação.

Temos algumas questões, temos aqui um procedimento que foi cancelado, já irei falar dele, mas muito deste Saldo de Gerência vai para a habitação e aí permite-me ir buscar o assunto da Estratégia Local de Habitação. Foi apresentada em agosto de 2021 e aprovada em Assembleia Municipal em setembro do mesmo ano a Estratégia Local de Habitação de Torres Novas, que previa a reabilitação de 75 edifícios até ao final do ano de 2024.

Quatro anos passados e um mandato praticamente passado também.

Informações sobre o ponto de situação da execução da Estratégia Local são escassas, à semelhança do que se passa também com a Reabilitação Urbana e com todo o processo em si. Dessas 75 edificações, cerca de metade corresponderiam a reabilitação de edifícios existentes de particulares e a outra metade a imóveis a adquirir e a reabilitar pelo município. Seria injusto dizer que nada tem sido feito pelo atual executivo, projetos têm sido apresentados, protocolos assinados e algumas obras também têm sido feitas.

Não sabemos ao certo quantas, mas o que sabemos é que o cronograma do prazo para a concretização da Estratégia Local de Habitação previa a reabilitação de 75 edifícios até ao final de 2024.

Uma Equipa Multidisciplinar foi constituída para o efeito, mas à semelhança, mais uma vez, dos relatórios da equipa das entidades gestoras das áreas de reabilitação urbana, também nesta matéria a informação é escassa ou mesmo nenhuma e aquilo que não se mede não se pode melhorar.

A propósito dos fundos comunitários, tão importantes e tão mencionados pelo Sr. Presidente, foi recentemente aprovada em reunião da Câmara, a anulação de um procedimento de construção de um imóvel na Avenida dos Negréus, de 30 habitações.

À semelhança disto e juntamente com o processo da Rua da Fábrica, ambos na cidade de Torres Novas, tínhamos um total de 50 fogos habitacionais, estes são exemplos a não repetir, ambas estas situações com projetos executados, com financiamentos garantidos, candidaturas aprovadas e por falta de avaliação prévia de condicionalismos legais e de adaptação à realidade do mercado, caíram por terra.

Uns projetos não podem compensar outros. Houve financiamento perdido, houve recursos desperdiçados em projetos inconsequentes e, acima de tudo, existem famílias, existem munícipes que não poderão, em tempo útil, aceder a uma habitação condigna e outros que não conseguirão fixar-se em Torres Novas por falta de oferta habitacional pública.

O caso do edifício multifamiliar da Avenida dos Negréus é, no mínimo, surreal.

Como foi possível avançarmos com protocolos de financiamento, com lançamentos de empreitadas de concessão de construção e só depois virem aferir da legalidade da operação urbanística? Uma vez que teria de existir alteração a Alvará de Loteamento, não discutiram os vereadores dos diferentes polos os projetos entre si?

Será que, de entre as cerca de trinta chefias intermédias, ninguém alertou para a necessidade de se avaliar a legalidade urbanística da operação em causa? E se o processo tivesse sido adjudicado a uma empresa? Quais seriam as consequências legais?

Mais do que apresentar projetos, quer seja no âmbito da Estratégia Local de Habitação ou de qualquer outro plano, é preciso medir, avaliar, reprogramar e apresentar resultados.

Mas só o conseguiremos com mais exigência, mais rigor, mais transparência, mais informação e, acima de tudo, com maior assertividade na definição dos objetivos por parte de quem estabelece as prioridades políticas.”

**Presidente da Câmara:** “Às vezes os esclarecimentos não chegam na hora e, portanto, o André não está completamente esclarecido sobre a Avenida dos Negréus.

A Avenida dos Negréus, o projeto que foi aprovado pelo IHRU, previa um prédio igual aos que lá estavam, com maior número de apartamentos, houve reações da parte das pessoas que viviam nos outros blocos, os condomínios e os vários condomínios, não há que esconder. Nós repensamos a situação e anulamos aquele concurso para fazer um prédio perfeitamente igual aos outros, com a mesma tipologia, aceite pelo IHRU, mas sem necessidade de haver alteração ao loteamento, portanto, é uma obra que irá acontecer.

O IHRU, presumo, tenho a certeza que também estão a par, se estivesse aqui o Presidente do IHRU, diria na mesma ou o Primeiro-Ministro, o IRU tem tido muitas dificuldades de resposta aos municípios, digo isto publicamente, tem havido muita pressão dos municípios e estou na Associação Nacional de Municípios, sei que os outros também têm feito pressão, de todas as cores políticas. E Torres Novas não foi exceção e o melhor exemplo que posso dar tem a ver com a Rua Alexandre Herculano e a casa que aguarda escritura por parte do IHRU. A casa que está na Quinta da Lezíria, que encosta ao rio, essa casa vai ser adquirida pelo IHRU, há um ano que está á espera da escritura.

Isso também é uma questão dos atrasos, um dos motivos sei, é que de uma forma vulgar tudo o que são projetos do IRU tem demorado um pouco mais, porque tem que passar pelo Gabinete do Primeiro-Ministro.

Isto é público, estou a assumi-lo também dizendo publicamente, todos sabemos como é que é a burocracia à portuguesa, obviamente, que tem atrasos, tem atrasos de tal ordem que podem comprometer toda uma estratégia nacional, porque têm que estar as casas prontas, seria impossível em junho de 2026.

O Valentim também é capaz de saber isso, há muitas câmaras que estão desesperadas porque os concursos aparecem desertos, porque começam a obra e há uma empresa que abandona a obra e isto envolve dinheiros, envolve responsabilidade e envolve muita coisa.

A nível da Câmara, Bairro da Calçada António Nunes vai ficar pronto, penso que ainda é possível inaugurar em abril, não comprometendo as eleições, em abril está pronto e entregues as chaves.

A Travessa da Palha, junto ao Quartel dos Bombeiros, junto à Escola de Polícia, está o concurso a ser lançado. Vai haver também uma possibilidade, que é não estando prontas o Governo Português, se calhar, de outra cor faria o mesmo, há algumas áreas que mesmo perdendo os fundos comunitários vão socorrer-se do Banco Europeu de Investimento e essa verba do BEI que for atribuída aos municípios que tenham obras através desse BEI, através dos Fundos do Estado, mas do BEI, já não tem o espartilho de junho de 2026. Porque esse espartilho é da Comunidade Europeia, não é do Estado Português e do Banco Europeu de Investimento, relativo a empréstimos.

Nós temos feito o nosso trabalho, temos obras para arrancar em Lapas, na Meia Via, no Pedrogão, em Torres Novas.

Todos os dias, se calhar, passamos por uma grande obra que nunca foi falada aqui, penso, em determinada altura falou-se, quando foi do projeto no Largo da Judiaria, vamos dizer assim, na rua Serpa Pinto, aquele prédio está a desenvolver-se, é Estratégia Local de Habitação, são rendas acessíveis, portanto, são vários apartamentos.

A Travessa da Palha vai contemplar 12 apartamentos.

Tirando o bairro social, e isto não são bairros sociais, tirando o bairro social que contemplou 50 apartamentos, já lá vão muitos anos, nunca houve um desenvolvimento como estamos agora a fazer.

Faltou-me uma coisa que é importante esclarecer. Os privados também podiam socorrer-se e nós ajudamos, pusemos o nosso pessoal da Estratégia Local de Habitação a fazer diálogo com a banca e com eles, os nossos técnicos a acompanhar tecnicamente as obras que eles queriam fazer, recuperar as suas casas. Não tem resultado tanto como gostaríamos, por fatores dos mais diversos, e não vou falar em nomes, uns por questões financeiras, outros

porque a situação debilitada também em termos bancários e outros, cada um com a sua história.

E, para não ficar a responsabilidade em cima da Câmara, ou de outra Câmara qualquer, aliás, muitas têm fugido de apoiar as obras dos particulares porque há alguma indefinição na lei em relação a isso, é um processo que está um bocado coxo a nível nacional e, se calhar, vai continuar, infelizmente.”

**André Valentim:** “O trabalho que tem sido feito, não tem sido com celeridade, no nosso entender, necessária, com atrasos que poderiam ter sido evitados se tivéssemos optado eventualmente por fazer os 20 fogos em vez dos 30, se calhar, já estávamos a executar obra. Agora, questões concretas, foram identificadas 75 famílias, se não me engano, a viver em deficientes condições de habitabilidade, o que é que aconteceu a essas 75 famílias? Já foram realojadas, já foram intervencionadas, é também essa componente que é preciso esclarecer, porque há uma equipa multidisciplinar, há tudo mais e não há informação dessas 75 famílias, o que é que aconteceu e é isso que é preciso ir avaliando, ir acompanhando.

A programação da Estratégia Local da Habitação findou, de acordo com o cronograma em 2024 e estamos em 2025, é preciso reprogramar, vamos fazê-lo, mas tem que ser feito esse trabalho.”

**Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções (4 votos do PSD/CDS, 1 da CDU) e vinte e seis votos favoráveis dos restantes membros, aprovar a 1ª Revisão aos documentos previsionais de 2025, para a integração do Saldo da Gerência da Execução Orçamental de 2024, no valor de 1.754.680,95€ -----**

### **3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DO PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 29.01.2025 (Anexo 2).

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Roberto Barata:** “Em primeiro lugar, acho que no processo de consulta pública deveríamos pelo menos acusar a receção das propostas, para as pessoas não ficarem um bocadinho perdidas.

Além disso, qualquer pessoa que faça uma proposta, não sabe se as respostas foram recebidas, não sabe quando é que elas vão ser votadas, se foram aceites ou não. Neste caso, o Bloco de Esquerda fez algumas propostas e vê-as no documento e tem acesso, mas as pessoas individuais que não tenham contato com os partidos não têm esse acesso e, portanto, acho que era uma forma de valorizarmos também o processo de participação cívica.

Nós fizemos várias propostas de alteração a este documento e acreditamos que ele melhorou de alguma forma, apesar da maior parte delas não terem sido aceites. Não foram aceites e muitas das sugestões que não foram aceites estão relacionadas com comportamentos e, sobretudo, com a proibição de algum tipo de comportamentos.

A proibição, obviamente, não é um problema, o problema é aquilo que a proibição traz ou aquilo que está por trás da proibição, ou seja, como é que nós podemos proibir se no final não temos capacidade de fiscalizar, de sensibilizar ou de termos uma alternativa.

E dou um exemplo muito básico, é normal que se proibam as pessoas de urinar na rua, não é? Estamos todos de acordo, mas tem que haver uma alternativa pública, veja-se o exemplo daquela casa de banho que está na Avenida Dr. João Martins de Azevedo, e arrisco dizer que está lá há 70 anos e está a cumprir o seu papel e está a cumpri-lo bem e está limpa. Portanto, o que venho aqui dizer é que continuamos a escrever bem, mas não passam de intenções porque não trazem resultados práticos.”

**André Valentim:** “Este regulamento deriva de uma imposição legal, terá mais de 10 ou 12 ou 13 ou 14 anos, portanto, passado 12, 13 ou 14 anos, nem sei muito bem, mas penso que 2009, estamos aqui a apresentar este documento a correr atrás do prejuízo.

Algumas das medidas têm vindo a ser desenvolvidas, mas outras carecem de aprofundamento, de implementação e desenvolvimento das mesmas, sendo que o PSD e não se tendo pronunciado em tempo oportuno, alerta para a necessidade de continuarmos a promover o alargamento dos sistemas de recolha porta a porta, de resíduos e embalagens, e de bio resíduos em larga escala e não só nas zonas urbanas; solicitamos que seja avaliada a introdução de novos modelos de recolha, nomeadamente, os sistemas de depósito e reembolso para os resíduos de embalagem, seguindo os princípios do produtor pagador em complemento à TGR que, neste momento, ainda indexada ao consumo da água, pois deve-

se promover e reforçar a aplicação do princípio do poluidor pagador; criar a guia de de resíduos resultantes da diferenciação dos sistemas tarifários.

O PERSU e os planos de gestão de resíduos vão todos muito neste sentido e nós ainda estamos a indexar a nossa faturação ao consumo da água.

Deveremos continuar a promover o desenvolvimento de sistemas de recolha seletiva e gestão de resíduos de têxteis, perigosos, volumosos e óleo alimentares usados, no contexto dos resíduos urbanos.

Relativamente aos resíduos têxteis, nenhuma menção é feita no Regulamento e o PERSU fala abundantemente disso, tendo em conta as dificuldades que se avizinham na reconversão destes materiais têxteis, vai ser um problema a muito curto prazo.

Deverá ser feito o reforço das redes de recolha para pilhas portáteis e equipamentos eletrónicos, devemos promover a sensibilização para a prevenção da produção de resíduos. E outra coisa muito importante que também pode ser feita sem grandes recursos, é um maior controle das guias eletrónicas de resíduos de construção e demolição provenientes das obras sujeitas a licenciamento ou comunicação prévia, através de uma fiscalização presente.

Todas as empreitadas têm que ser acompanhadas das guias de produção de resíduos das construtoras e seria bom perceber, no âmbito da minimização e controle disto, se os serviços de Urbanismo têm feito este controlo das guias de resíduos eletrónicos de construção e demolição.

Posto isto iremos votar favoravelmente, porque consideramos que é mais um passo para minimização.”

**Presidente da Câmara:** “Em relação ao Bloco de Esquerda e a boa participação que tiveram, nós acabamos por aproveitar, segundo as contas que tenho aqui, foram oito propostas consideradas, outras não, também nos baseamos muito no figurino oficial.

E em relação também à fiscalização, ao pormenor, não está muito identificado, mas obviamente que deve haver uma atenção nisso.

E depois, concordar também com o que foi apresentado pelo André Valentim, a questão de valorizar e cada vez mais insistir, que é o que temos vindo a fazer e tem sido notório, os oleões, a compostagem, o ecocentro móvel, os mini ecopontos, portanto, toda a aposta que tem sido feita e que deve continuar e multiplicar-se. Acho que estamos todos de parabéns, por mexer num regulamento que estava parado no tempo, já há muitos anos.”

**Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção (CDU) e trinta votos favoráveis dos restantes membros, aprovar o projeto de Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos no Município de Torres Novas.** -----

**4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DOS RIACHOS - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL (AAE) DA COVA DO MINHOTO**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 29.01.2025 (Anexo 3).

Foram feitas as seguintes intervenções:

**André Valentim:** “Neste momento, estou com inveja do Bloco de Esquerda porque nós pronunciamos-nos no âmbito da discussão pública sobre este regulamento e não aparece na documentação, não aparece a nossa pronúncia e, como tal, sendo possível, gostaria de deixar e que ficasse anexado a esta ata a pronúncia que a Comissão Política do PSD de Torres Novas apresentou no âmbito desta discussão pública e que nem sequer vem referenciado nos documentos.

Portanto, se o Sr. Presidente me permitir, depois faço chegar à mesa.

Percebendo ou não porque é que isto não foi apresentado, vou ser mais sucinto.

Foi um documento que foi apresentado sem alterações de entidades que já não existem, de competências que já não estão atribuídas ao município, que são responsabilidade da Águas do Ribatejo, e foi um documento feito, parece-nos, um bocadinho a despachar, ninguém vai ver aquilo, e o problema é que se mantém também aqui.

Existem situações, no nosso entender, de segurança contra incêndios que são relevantes e que não foram tidas em consideração, o regulamento prevê que na zona de armazenagem seja constituída uma cortina arbórea, ou seja, temos armazenagem de material combustível quiçá, e o regulamento obriga-nos a ter uma mancha, uma cortina arbustiva, à volta, parece-me que, no limite, é de condições de segurança muito duvidosas. Diria até que é importante as árvores nos loteamentos industriais, mas, se calhar, se pudéssemos evitar faria todo o sentido.

Depois, neste regulamento, o índice não está correto, questões de formatação que nos parecem ser de corrigir, não me parece que seja por aí que o documento não seja aprovado, mas o índice não está correto, passamos do artigo 17º para o artigo 19º, o artigo 18º foi retirado, penso eu, por causa de uma das nossas considerações, no artigo 15º não temos números, começamos logo na alínea a), portanto, em termos de fundamentação jurídica, é um bocadinho complicado.

Continuamos a fazer regulamentos e é aqui que também gostaríamos de frisar, que a revisão deste regulamento e de outros, de áreas do mesmo tipo no nosso concelho, carecerá de uma maior simplificação e adequação às dinâmicas empresariais existentes, só possível com a definição por parte do poder político de uma estratégia clara, objetiva e realista, de modo a garantir maior atratividade para as novas empresas e mais e melhores condições para as existentes.

Fez-se uma avaliação muito sucinta, era permitido a instalação de indústrias do tipo A, que já não existem há 12 anos e, de repente, indústrias do tipo 1 não se podem implantar lá. Quais foram os critérios? Porque temos, por exemplo, indústrias de fabricação de rações para animais que se podem enquadrar na tipologia de tipo 1 e nós vamos dizer não? Houve fundamentação técnica para estas escolhas, era algo que gostaríamos de ver esclarecido.

E, mais uma vez, questões como eficiência energética, eficiência hídrica, aproveitamento de águas pluviais, redes energéticas alternativas, entre outros, são matérias que teimam em ficar de fora destes regulamentos, mas que mais cedo ou mais tarde terão de ser consideradas, tendo em conta a salvaguarda das condições ambientais do nosso concelho.”

**Roberto Barata:** “Neste regulamento faz falta aquilo que nós temos sempre reclamado, cada vez que tomamos uma decisão importante, é que falta estratégia.

Faço esta pergunta ao executivo, mas também a esta Assembleia: Que tipo de empresas é que nós queremos atrair para Torres Novas?

É que nós podemos seguir o caminho atual, falar sempre no nó da A1 e da A23 e sermos uma base logística para mais umas empresas que continuam a vir para cá e que pagam míseros salários. Poderíamos, no entanto, seguir outro caminho, o caminho de atrair empresas de base tecnológica, de ponta, de robótica, de automação, empresas na área da biotecnologia, empresas que tragam valorização aos produtos endógenos. Poderemos também atrair empresas que trabalham na área de energias renováveis ou empresas que valorizassem os nossos recursos naturais.

Tudo isto com um objetivo muito claro, que era atrair emprego qualificado, empresas que contribuam para o desenvolvimento desta região e, obviamente, possam modernizar a nossa economia local.

Nós não temos de seguir o exemplo de Matozinhos, de Aveiro ou de Oeiras, que são municípios muito maiores do que nós, mas podemos seguir exemplos, por exemplo, de Valença, Oliveira do Hospital, Castelo Branco, que fizeram algo muito similar e nos próprios regulamentos das zonas industriais tiveram isto em atenção.

A este executivo nesta área, falta estratégia, falta vontade para mudar o rumo e falta vontade para desafiar o status atual.

Para esta zona industrial virão os que cheguem primeiro e o resto pouco importa.”

**Presidente da Câmara:** “A nossa Zona Industrial de Torres Novas e o Geriparque, têm progredido e a Zona Industrial de Riachos, que é o que está agora em causa, esteve muitos anos praticamente abandonada. Ainda me recordo, há 12 anos atrás, o município ter que alugar um gerador para dar eletricidade a duas empresas que lá existiam, mais propriamente ligada a reclusos e outra ligada à agricultura.

A partir daí, com o desenvolvimento que a região tem tido e o município tem tido, com os apelos e os contactos que temos feito, do conhecimento que tenho, pelo menos de três empresas que se querem instalar na Zona Industrial de Riachos, não tem nada a ver com grandes superfícies. Uma até é interessante, depende de quando for lançado a hasta pública, se eles conseguem o lote ou não, se estão interessados, tem a ver com pastelaria, mas não é uma pastelaria pequena. Portanto, pode ter um lote industrial para abastecimento, até a nível internacional e para outro tipo de indústrias que não têm nada a ver com as grandes superfícies, para ir para Riachos.

E também algumas que até já lá estão, e querem ampliar também a sua área de atividade.

Estamos a falar de 18 lotes, fruto de um Edital de 1999, e carenciava de duas coisas, era necessário fazer uma ampliação e nós compramos terreno a uma proprietária da Golegã, ampliamos a zona industrial, era preciso criar condições a nível das acessibilidades, a nível da parte de escoamentos, a nível da iluminação, embelezar a própria zona industrial, para ser mais cativante, com árvores, etc. Conseguimos uma candidatura e a obra está praticamente concluída.

Estou a olhar para o nosso Presidente de Riachos, e faço um desafio a qualquer deputado municipal ou quem quiser lá espreitar para ver como está, como esteve e como está a zona industrial de Riachos.

Já agora, recuar no tempo e fazer muito rapidamente um histórico muito importante.

Lembram-se ainda do Primeiro-Ministro António Guterres, veio a Torres Novas então Primeiro-Ministro, para assinar com vários empresários a cedência de lotes para eles se instalarem, e eles não se instalaram porque havia no protocolo um ponto que dizia: “só nos instalamos quando tiverem as infraestruturas criadas, se não tiverem, não nos instalamos”.

E claro, serviu sempre de desculpa até hoje, não ter as infraestruturas, já lá estão as infraestruturas, já ninguém tem desculpa para não se instalar lá e nós estamos prontos a colaborar.

Estão lá atualmente só quatro empresas, a segunda fase vai ser finalizada e custou quase dois milhões de euros, vai passar a ter 21 lotes e vai corresponder a cerca de 24 hectares, é muito expressivo.

Mas ainda em relação ao que o Roberto Barata disse, e o André Valentim também, a questão da especialização no regulamento, que devia ser mais estreito, obrigar, deixar fugir as grandes superfícies e situações similares, e virem indústrias finas para aquela zona, tudo isso é muito bonito. Mas é o meu ponto de vista aqui e não estou a falar em nome do Partido Socialista, é o meu ponto de vista, nós estamos numa fase a nível nacional e a nível mundial, que nós queremos e precisamos é de emprego, seja que emprego for, desde que funcione bem e que paguem bem, que tirem partido, não sejam coisas poluentes, que não comprometam a boa vila de Riachos e o bom ambiente que tem, isso é que nós temos que defender.

Agora, estar dez ou quinze anos parados porque não conseguimos para aqui uma indústria, por exemplo, automóvel ou uma indústria de aeronáutica ou outra coisa qualquer, é o meu pensamento, acho que este regulamento, da forma que está preparado, está preparado para servir Torres Novas, com regras em termos industriais.

Já agora, dizer-vos, com a aprovação hoje, espero que seja aprovado este regulamento hoje, depois de amanhã, o Urbanismo vai emitir uma certidão de alterações do loteamento deste regulamento.

No dia 20, vai haver uma atualização das matrizes prediais no Serviço de Finanças de Torres Novas, no dia 26 de fevereiro vai haver um requerimento no Registo Predial na Conservatória de Torres Novas da alteração do Alvará do Loteamento. No dia 21 de março,

estamos a contar com os prazos todos, vai haver o Registo na Conservatória do Registo Predial, finalmente, no dia 26 de março regressa à Câmara para deliberar a realização da hasta pública que acabei de falar dos imóveis. No dia 4 de abril, há a publicação da hasta pública, no dia 29 de abril vai haver a entrega das propostas, vamos dar um prazo até ao dia 29, no dia 30 de abril abrem-se as propostas, no dia 5 de maio é a realização das escrituras. É para verem, para quem pensa que não estamos organizados, nós estamos e queremos ver este problema resolvido.”

**André Valentim:** “Peço desculpa, mas em momento algum o PSD, nas considerações que fez, esteve a condicionar a implantação de empresas, aquilo que nós dissemos foi regulamentado pelo executivo, que não se podem implantar empresas de tipo um, ou com um grau de especialização maior, aquilo que nós questionamos foi porque é que isto foi feito e qual a fundamentação técnica para isso.

Outra coisa muito clara é nós estarmos a obrigar as pessoas ou os promotores que têm que plantar árvores no seu lote industrial, é uma coisa sem sentido, porque depois temos um Regulamento de Proteção de Segurança Contra Incêndios a dizer que não temos as árvores. Portanto, os nossos contributos foram feitos no sentido de clarificar, para quando surgir as tais propostas de implantação, as pessoas não tenham entraves legais porque depois vem lá o técnico a dizer “não, o Sr. tem que ter a cortina de árvores aqui”.

Os contributos foram nesse sentido, iremos votar favorável o regulamento desde que as considerações e estas correções minuciosas sejam obviamente corrigidas no que diz respeito ao artigo e às alíneas.

Agora, em momento algum o PSD disse que não podia ir para lá a superfície comercial ou padaria ou o que quer que seja, por nós é a questão das indústrias poluentes, desde que as indústrias cumpram a legislação que estão aplicáveis, o local ideal para implantar uma indústria é na zona industrial, portanto, estamos a restringir logo a indústria A ou B só porque achamos que sim, não nos parece lógico.”

**Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções (BE) e vinte e nove votos favoráveis dos restantes membros, aprovar o projeto de Regulamento da Zona Industrial dos Riachos - Área de Acolhimento Empresarial (AAE) da Cova do Minhoto. -----**

**5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,  
DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA PROCEDIMENTOS CONCURSAIS  
DE CARGOS DIRIGENTES**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 18.12.2024 (Anexo 4).

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Nuno Cruz:** “Esta intervenção não pretende de forma alguma definir ou de alguma forma qualificar a capacidade ou idoneidade dos elementos apresentados aqui na Proposta de Concurso, não é isso para nós que está em questão, o que está em questão aqui é a abertura em si do concurso.

Começa a ser um hábito persistente, a apreciação junto desta Assembleia de propostas de abertura de concursos para a admissão de cargos dirigentes ou chefias, como quisermos chamar.

Qualquer organização que se pretende eficaz deve naturalmente ter uma estrutura de organização que comporte vários estágios de responsabilidade e, no caso concreto do município, faz todo o sentido que a estrutura da organização seja uma estrutura hierárquica, portanto, em pirâmide. No entanto e considerando os cargos criados nos últimos anos, estamos a converter uma estrutura hierárquica numa estrutura horizontal, em que os elementos integrantes são separados por um máximo de dois níveis, com o inevitável alargamento do quadro e a redução da estrutura operacional de intervenção direta.

Perguntamo-nos, fará sentido esse caminho, que benefícios obtém o município de tamanho crescimento do número de chefias no seu quadro? Naturalmente que a estrutura de chefias deverá promover uma melhor coordenação dos serviços, com um melhor controle dos objetivos e uma maior clareza na comunicação entre os vários elementos, mas com o aparente excesso de estrutura intermédia, a coordenação, o controle e a comunicação será muito mais dispersa.

Por outro lado, as chefias intermédias bem preparadas promovem melhor orientação, resolução de problemas e implementação de boas práticas às equipas orientadas, mas queremos que comecem a faltar equipas para tantas chefias.

De outro passo, a existência de uma estrutura ajustada de chefias permite uma tomada de decisão mais ágil, o que pelas evidências dos últimos anos e particularmente em alguns departamentos, não é uma prática corrente.

Vamos observando, é uma burocracia excessiva com processos mais lentos, por excesso de camadas de parecer e decisão, custos com o pessoal evidentemente mais elevados e uma estrutura pouco flexível, que dificulta o normal funcionamento em qualquer processo de inovação que se entenda criar.

Concluo, lembrando que a produtividade dos serviços públicos depende menos da quantidade de chefias intermédias e mais da qualidade da liderança, da organização do trabalho, da digitalização e motivação dos funcionários, um equilíbrio adequado entre chefias e trabalhadores operacionais, aliado de boas práticas de gestão, tende a ser mais eficiente do que simplesmente aumentar ou reduzir o número de chefias.”

**Rui Alves Vieira:** “Já na Assembleia de 23 de maio de 2023, há cerca de 2 anos, fiz uma intervenção sobre a necessidade de alargar horizontes para a constituição de júris de procedimentos concursais.

Mas essa intervenção, como outras, foi mais um sermão aos peixes, vamos pescar técnicos para constituição de júris sempre aos mesmos municípios, que se encontram na envolvência do concelho. Na escolha dos júris para procedimentos concursais, o Município de Torres Novas não consegue sair desta endogamia, que acaba por ser mais um fator de falta de transparência na constituição de júris para procedimentos concursais, “ora hoje votas tu, ora vira, vira e amanhã voto eu”.

Mas, para além disso, a constituição deste júri tem um ingrediente especial, há técnicos do Município de Torres Novas que são vogais suplentes para os procedimentos concursais em áreas para os quais não têm qualquer tipo de competência técnica. Não se percebe porque é que o Eng<sup>o</sup> Nuno Valente, diretor do Departamento de Intervenção Territorial, é vogal suplente para concursos na Divisão de Cultura, na Divisão de Desporto, na Divisão de Teatro e Eventos e para a unidade de terceiro grau de Museus e Património Cultural. Não se percebe porque é que a Dr.<sup>a</sup> Marta Peças, diretora do Departamento Administrativo e Financeiro é vogal suplente para concursos na Divisão de Educação, na Divisão de Desporto, na Divisão de Teatro e Eventos e para unidade de terceiro grau de Museus e Património Cultural.

Poderá dizer-se, são vogais suplentes e tal, sim, mas os vogais suplentes muitas vezes entram e passam a vogais efetivos.

Apesar do documento de suporte político da nomeação destes júris referir o estrito cumprimento do princípio da transparência, os pressupostos acima enunciados revelam uma transparência suficientemente opaca para não permitir o nosso voto favorável neste ponto.”

**Presidente da Câmara:** “É mais para esclarecer porque é uma reunião pública, poderão pensar que estamos a criar mais alguns lugares e não. Portanto, os cargos fazem parte do Mapa de Pessoal, foram abertas situações que estão a ser desempenhadas por determinados funcionários, mas que a lei obriga a haver um procedimento concursal e é aí, nessa parte, que o Rui Alves Vieira está a pôr algumas dúvidas. Ele saberá, cada um entende como quer entender a questão, é pôr em causa também a formação humana e o estatuto de cada um, acho que é um bocadinho arriscado estar a tecer considerações e, sobretudo, invocando nomes, mas fico por aqui.”

**Rui Alves Vieira:** “Só quero esclarecer uma coisa, não inventei nomes, os nomes estão nos documentos, são públicos, portanto, não me venham acusar de estar aqui a invocar o nome de técnicos em vão.”

**Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra (PSD/CDS), duas abstenções (BE) e vinte e cinco votos favoráveis dos restantes membros, aprovar a designação do Júri para os procedimentos concursais dos seguintes cargos dirigentes:**

**- Departamento de Urbanismo; Divisão de Cultura; Divisão de Educação; Divisão de Desporto; Divisão de Teatro e Eventos; Unidade 3º Grau – Museus e Património Cultural.** -----

**6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,  
DE ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÃO  
URBANÍSTICA, REQUERIDA PELA JUNTA DE FREGUESIA DE ASSENTIS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.01.2025 (Anexo 5).

Foram feitas as seguintes intervenções:



**Nuno Cruz:** “Isto é um tema que me é particularmente caro, pela quantidade de vezes que já vim aqui falar sobre este assunto e já brincando aqui um bocadinho com o fado da Maria da Fé: “falarei até que a voz me doa”.

Numa das últimas reuniões que nós tivemos aqui, foi assumido pelo Sr. Vice-Presidente, se a memória não me falha, que estaria já para apreciação em reunião da Câmara aquilo que será o Regulamento de Taxas, estará? Foi feita alguma coisa?

Pela quantidade de vezes que já falamos nisto, pela quantidade de vezes que já vim aqui, e outros colegas, falar sobre este assunto, acho que não é a questão de aprovarmos um ou dois ou cinco ou dez, é todo o processo em si, de trabalho que os próprios serviços da Câmara acabam por ter.

Seria perfeitamente injustificado ou é perfeitamente injustificado se existisse, de facto, um Regulamento de Taxas em vigor e que cumprisse ou que abrangesse quase, não diria a maioria ou toda, mas uma percentagem significativa das isenções que vimos aqui tratar.”

**Presidente da Câmara:** “É só para dizer que na próxima reunião da Assembleia Municipal, em abril, estará agendada a alteração ao Regulamento Geral das Taxas, não é só sobre este caso das isenções, por isso é que tem dado muito trabalho. Todos os setores da Câmara têm estado com a empresa da especialidade a cruzar elementos e a orientar, porque não é fácil, é muito burocrático. Ainda hoje vi com os serviços, também me pareceu que poderiam falar nisso, aproveito para esclarecer que é em abril.”

**Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas devidas no âmbito de operação urbanística – Processo nº 17/2024/708/0, requerida pela Junta de Freguesia de Assentis. -----**

**7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,  
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÃO  
URBANÍSTICA, REQUERIDA PELA ATEP - ASSOCIAÇÃO TORREJANA  
DE ENSINO PROFISSIONAL**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 04.12.2024 (Anexo 6).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas devidas no âmbito de operação urbanística – Processo nº 17/2023/743/0, requerida pela ATEP - Associação Torrejana de Ensino Profissional. -----

**8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,  
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA  
ALCAIDARIA DO CASTELO, REQUERIDA PELA CONFRARIA DAS  
COUVES COM FEIJÕES DE CARVALHAL DA AROEIRA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 18.12.2024 (Anexo 7).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas devidas pela utilização da Alcaidaria do Castelo, requerida pela Confraria das Couves com Feijões de Carvalhal da Aroeira. --

**9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,  
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA  
ALCAIDARIA DO CASTELO, REQUERIDA PELA ASSOCIAÇÃO DE  
GUIAS DE PORTUGAL/ 1ª COMPANHIA DE TORRES NOVAS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 18.12.2024 (Anexo 8).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas devidas pela utilização da Alcaidaria do Castelo, requerida pela Associação de Guias de Portugal/ 1ª Companhia de Torres Novas. -----

## **10 - DESIGNAÇÃO DE QUATRO ELEMENTOS PARA REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES NOVAS**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros cópia do email da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Novas, datado de 2.11.2018, que se anexa (Anexo 9).

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Presidente da Mesa:** “Em relação a este ponto, só dizer que tem sido um hábito dos últimos anos, relativamente a este assunto, em vez de utilizarmos uma votação com o método de Hondt, os partidos mais representativos, e neste momento temos aqui cinco forças políticas e a Lei, neste caso a Lei nº 147/99 de 1/09, que tem uma última redação pela Lei nº 23/23 de 25/05, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, refere expressamente que a comissão é constituída por vários elementos, entre os quais, quatro pessoas, posso até dar a redação exata que há pouco fixe aqui, se me permitem, é o artigo 17º, número 1, “a Comissão é composta por... e depois tem na alínea l), “quatro cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designada pela Assembleia Municipal ou pelas Assembleias Municipais ou Assembleias de Freguesia, nos casos previstos nas alíneas a) e b), aqui não se aplica.

Portanto, temos aqui expressamente quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos.

Dizia eu, tem sido prática aqui desta Assembleia, chegarmos a um acordo com cada força política, em vez de estarmos com o método de Hondt, e cada força política indicar um elemento.

Quando cheguei, falei com o Bloco de Esquerda e com a CDU, que são as duas forças políticas mais pequenas que temos aqui com representatividade, eu já lhes vou dar a palavra e dou vou dar a palavra a todas as forças políticas para indicarem um elemento, se concordarem com este critério ou não concordarem.”

**Francisco Dinis:** “O Partido Socialista evidentemente concorda com o modo apresentado pelo Sr. Presidente, aliás, tem sido um modus operandi do Partido Socialista neste contexto,

tendo em conta a importância, mas também tendo em conta a área e a necessidade de especialização, e que os vários partidos têm apresentado pessoas capazes para esse efeito, portanto, tendo em conta os resultados e o bom acompanhamento feito, o Partido Socialista concorda com o método apresentado. Todos sabemos que se fossemos à eleição pelo método de Hondt, o Partido Socialista poderia eventualmente eleger dois, mas tendo em conta, como disse, a importância, a inclusão, a representatividade, a diferença, acho que é importante haver aqui uma diversidade dessa representação que acabei de falar e, portanto, creio que se ajusta a continuidade do sistema adotado. Como tal, nós apresentamos em representação do PS, a Soraia Vieira da Silva.”

**André Valentim:** “Nós também estamos de acordo com a proposta apresentada e, como tal, apresentamos a Professora Patrícia Bento.”

**Carlos Marçal:** “Nós também estamos de acordo, concordamos com o método e apresentamos o nome da Dr<sup>a</sup>. Carla Correia.”

**Roberto Barata:** “Nós concordamos com o método, nós tínhamos também um nome para propor, mas na conversa que aconteceu aqui hoje, acho que é de salutar porque tivemos uma conversa antes de começar a reunião.

Nós tínhamos o nome para propor, mas sentimos que o nome que a CDU vai propor tem mais qualificações e é um tema demasiado importante para nós estarmos aqui com pequenas guerras políticas.

Também acho importante aquilo que o deputado Francisco Dinis disse, mas discordo na forma, que não foi hábito ao longo destes anos, não neste tema, mas noutros, muitas vezes o PS o que fez foi ficar com os lugares todos. Neste caso, não se verifica e acho que fazem muito bem, é um tema demasiado importante e, obviamente, vamos apoiar todos os nomes que estão a ser sugeridos na lista e esperar que façam um excelente trabalho.

Obrigado também à Mafalda Batista, por tudo aquilo que disse no início desta reunião.”

**Cristina Tomé:** “Isto é caso para dizer que uma boa conversa, uma boa negociação, o que importa é o objetivo final e acho que a conversa antes do início desta Assembleia demonstrou bem que é possível, cada um tem a sua origem política, mas num caso como este o que importa é o trabalho desta Comissão e é possível trabalhar coletivamente.

O nome que apresentamos é Maria Catarina Pereira da Silva, Psicóloga, já fazia parte do grupo que agora vai ser renovado.”

**Presidente da Mesa:** “Só dizer aqui uma coisa relativamente ao método da votação, tínhamos aqui dois métodos possíveis, ou votarmos nome a nome, era uma hipótese, mas perdemos mais tempo e estamos de acordo relativamente ao resultado final. Sugeria, por uma questão de economia de tempo e de meios, que votemos em conjunto, em vez de estarmos a votar separadamente os nomes, todos concordam, claro que o voto vai ser secreto.”

**Submetida a votação, por escrutínio secreto, a proposta de designação dos quatro elementos propostos para representação da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Novas, foi a mesma aprovada, com trinta e um votos favoráveis.** -----

**11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA “RECOMENDAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE SINAIS SONOROS EM SEMÁFOROS PARA PEÕES”, APRESENTADA PELA CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

Acerca deste assunto, foram feitas as seguintes intervenções:

**Cristina Tomé:** “Os semáforos com sinais sonoros são de enorme importância para o auxílio de pessoas invisuais ou com visão reduzida no seu dia a dia. Torres Novas não possui qualquer dispositivo deste tipo nos seus equipamentos, tão pouco nas zonas de maior movimento, o que dificulta o atravessar das estradas por pessoas nestas condições.

A cidade tem de ser um local onde todos se sintam bem e incluídos, a acessibilidade é um fator que não pode ser descurado.

Por isso e por todas as razões em que o bom senso assenta, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que instale sinais sonoros nos semáforos para peões do concelho de Torres Novas.”

**Francisco Dinis:** “Simples, clara, justificada, só para dizer que a Moção apresentada pela CDU merece a total concordância do Partido Socialista.”

**Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a “Recomendação para a implementação de sinais sonoros em semáforos para peões”, apresentada pela CDU - Coligação Democrática Unitária. -----**

**12 - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A  
ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foram distribuídas a todos os membros a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade desta, a informação da situação financeira do Município e a informação dos processos judiciais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**A Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta os pontos 1. a 11. da ordem de trabalhos. -----**

O Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas, da qual se lavrou a presente ata que, após aprovação, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa, José Manuel Paulo Trincão Marques

---

1ª Secretária, Maria da Luz Marques Lopes

---

2ª Secretária, Maria do Rosário Marques Luís

---

